



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIII – Nº 808 – MAI/JUN/JUL/AGO DE 2007

LINHAS MESTRAS DA DOCTRINA BRASILEIRA DE DEFESA

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima

O CERCO AO BRASIL

José Sarney

PRESIDENTE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI

Crônica de Nelson Rodrigues





A DEFESA NACIONAL

Diretor / Editor
Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator
Luiz Carlos Carneiro de Paula

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Márcilio Dias - CEP 20221-260
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715
Fax: (21) 2519-5569
Ligação gratuita: (0800) 238365
E-mail: bibliex@bibliex.com.br
Site: www.bibliex.com.br

**PROGRAMAÇÃO VISUAL &
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**
MURO Produções Gráficas
Tel/Fax: (21)

REVI: Título: A Defesa Nacional : revista de
Ellis Pôr assuntos militares e estu
Marcio



320867

290637

IMPRE v.93, n.808, maio/ago. 2007 BFD

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda
Tel: (24) 2237-3769 e 2237-3709

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Principais Temas: BARTHOLOMEU ALBUQUERQUE, ESTEVÃO LEITE DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I

SUMÁRIO Editorial: PARTE JORNALÍSTICA: O Exército e a organização do Exército. Subsidios históricos — A guerra — Comandante do grupo de artilharia em combate. A guerra automática de artilharia. Corrente histórica na artilharia brasileira. NOTICÁRIO: A guerra de 7 de Setembro. Mudanças. O desenvolvimento progressivo do exército alemão. Reorganização da Guarda Nacional. Fundamento da organização da polícia. Temperamentos individuais. Apresentação para a imprensa. O desenvolvimento do "Guerra". Custos da guerra. A Defesa Nacional. O planejamento da guerra dos Estados Unidos. A indústria japonesa contemporânea. BIBLIOGRAFIA: Os intermediários militares e a trilha aérea. Exercícios de guerra e sobre a terra para a arma de infantaria. Livros franceses e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "ADEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente
Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Secretário
Ricardo José Guedes Franklin

Diretor-Administrativo
Mauro Cleber Rodrigues Martins

Diretor-Tesoureiro
Maycoln de Paiva Farias

Conselheiros
Celso José Pires
Enir dos Santos Araújo

Conselho Fiscal
Victor José Freire
Rogério Luiz Nery da Silva
Wagner Alcides de Souza

Suplentes
Mônica Jefferson Fernandes
Francisco Severiano Rodrigues da Silva
Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



NOSSA CAPA

Sede do Ministério
da Defesa na
Esplanada dos Ministérios
em Brasília, DF.

MINISTÉRIO DA DEFESA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
AQUISIÇÃO

ORIGEM: _____
DATA: 14 03 08
PREÇO: _____
EMPENHO: 290632/320867 ex.1

EDITORIAL

Há quase sete anos, foi criado o Ministério da Defesa, com o objetivo de gerenciar os negócios da Defesa Nacional. Teve, incorporadas a sua esfera de atribuições, as Forças Armadas, cujos ministérios singulares foram extintos. Projeto antigo, foi longamente discutido, quase criado em ocasiões anteriores, mas sempre postergado, contido pela tradição sedimentada em nossa formação e evolução política e administrativa. Não se tratava de reação militar ao poder político civil. Principalmente no Império e, depois, na República, houve ministros civis nas pastas militares. Mas, nossas Forças Armadas nasceram e cresceram com identidades próprias, sem o comprometimento de sua eficácia. Os militares que passaram pelo topo da vida administrativa e política do País o fizeram no exercício de atividade político-partidária e não de atividade militar. Se é verdade que, no imaginário público, pareceu estarem aí envolvidas as instituições militares, também é verdade que elas, as Forças Armadas, mantiveram, sempre, comportamento de instrumentos do Estado, servindo à Nação, garantindo sua soberania, a lei e a ordem, como sempre lhes determinaram as constituições vigentes. Reunidas agora em uma única estrutura administrativa, estão conscientes do momento de transição. Por isso, têm designado para o Ministério da Defesa os melhores de seus quadros e vêm cooperando para que se progrida na consolidação da nova estrutura. Dos percalços enfrentados, o mais grave tem sido o desconhecimento do meio político e administrativo sobre as responsabilidades que cabem a elas e sobre o significado de suas atividades para o País. Para contornar tal dificuldade, as Forças Armadas proporcionam às diversas instâncias dos poderes da República todas as informações de que estes necessitam, além de lhes "abrirem as portas" de todas as organizações militares, para que possam conhecer como são, como operam, que possibilidades e que limitações possuem. Apesar disso, persiste um distanciamento do meio político dos negócios da Defesa. Isso compromete o modelo de gerenciamento a ser adotado, retarda a integração administrativa e logística pretendida, ocasionando perda de muito tempo com aquilo que não é o essencial, nem o prioritário, nem o urgente. As Forças Armadas e, em particular, o Exército Brasileiro têm todo o interesse e empenho para que se consolide o quanto antes o Ministério da Defesa, consoante uma política de Defesa duradoura, fruto da competência daqueles que compartilham com elas a responsabilidade de executá-la.

SUMÁRIO

LINHAS MESTRAS DA DOUTRINA BRASILEIRA DE DEFESA	3
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
“A ESTRADA PARA O TERROR” – AINDA A HISTORIOGRAFIA COMUNISTA	14
<i>Carlos I. S. Azambuja</i>	
DEVASTAÇÃO GRAMSCISTA	18
<i>Ipojuca Pontes</i>	
SOCIALISMO DO SÉCULO XXI	20
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>	
O PROCESSO DE DESMONTAGEM DO ESTADO	22
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
TIGRE DE PAPEL	24
<i>Guy Sorman – Tradução: Rodrigo Garcia</i>	
OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS (EBO): REALIDADE OU ENGODO?	27
<i>Tacarijú Thomé de Paula Filho</i>	
DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E OPERAÇÕES DE PAZ: INTERAÇÃO ENTRE OS MILITARES E AS ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA	33
<i>Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti</i>	
PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	44
<i>Klaus Brinkbäumer e Ullrich Fichtner, do Der Spiegel</i>	
O CERCO AO BRASIL	50
<i>José Sarney</i>	
SEM HIPOCRISIA – Entrevista com o Secretário de Segurança do Rio	51
<i>Ronaldo Soares – Oscar Cabral</i>	
“TUDO DOMINADO”	55
<i>Jarbas Passarinho</i>	
EXÉRCITO DÁ PARTIDA AO PROGRAMA VBTP-MR	57
<i>Nelson Düring</i>	
ONU AUTORIZA BRASIL A AMPLIAR LIMITES DE SUA FRONTEIRA MARÍTIMA	60
<i>Tânia Monteiro</i>	
PRESIDENTE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI	62
<i>Crônica de Nelson Rodrigues</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	65

Linhas mestras da Doutrina Brasileira de Defesa¹

*Reinaldo Nonato de Oliveira Lima**

A observação dos princípios não é sempre o suficiente para alcançar a vitória, porém ela atenua singularmente a derrota.

Gen Lewall, em *Études de Guerre*, 1873, p. 23

Preâmbulo

O fosso tecnológico que se abriu (e se amplia) entre as nações poderosas e as demais eclode como argumento de possível domínio do forte sobre o fraco, fato que se mostra mais admissível ainda diante da tendência de agravamento das condições de sobrevivência dos povos na face da Terra.

A acirrada competitividade resultante do crescente inter-relacionamento das nações, a par de embates entre valores culturais, tende a exacerbar o quadro de defasagem entre umas e outras, permitindo vislumbrar o oferecimento de “proteção armada” em troca do fornecimento de insumos básicos. E essa troca mostra-se tão mais viável quando se verifica o dilema “possuir riquezas naturais e despossuir capacidade de autodefesa”. Resultado: enfraquecimento do poder nacional do “protegido”, particularmente de seu braço armado, e sujeição aos interesses do “protetor”; a prepotência da força impingindo a cessão de matérias-primas essenciais; o acirramento de nacionalismos antepondo-se a ingerências de culturas que se autodefinem como superiores.

Paralelamente, as céleres alterações climáticas que começam a tomar vulto nos últimos

tempos levam a se prenunciar profundas alterações na crosta terrestre, implicando danosas conseqüências para a sobrevivência da humanidade, com destaque para a escassez de recursos vitais não só ao homem, mas a todos os seres vivos.

É fato que, cada vez com maior intensidade, aflora entre os “grandes”, por força de declarações de seus mandatários, o interesse internacional por regiões detentoras de ativos naturais de valor estratégico, com destaque para a manifesta cobiça sobre recursos que configuram o solo brasileiro, aí incluída a plataforma continental. O mesmo pode-se dizer em relação ao subsolo circunvizinho ao nosso.

Portanto, é válido afirmar-se que constitui inquestionável irresponsabilidade com o futuro do País, se não “cegueira estratégica”, desconsiderar esse mosaico de fatores negativos que compõe os cenários das atual e futura conjunturas, com possível evolução para um quadro de privação de bens essenciais à continuidade da vida em nosso planeta.

As considerações aqui abordadas, a par das incertezas e ameaças difusas tão propaladas na atualidade, conduzem fatalmente à temática da defesa nacional – defesa da soberania, dos valores, dos interesses e do patrimônio brasileiros – não só no presente, mas, principalmente, em seu prosseguimento rumo ao futuro.

¹ Colaboração da ECEME

* O autor é Coronel de Artilharia e de Estado-Maior.

A defesa nacional, atribuição de governantes e governados, de militares e civis, tem os seus fundamentos – ora tratados por *linhas mestras* – codificados em uma doutrina.

E quais são esses fundamentos? Em que bases se encontram respaldados? Estariam eles ajustados aos cenários anteriormente vislumbrados?

Responder a tais questionamentos, embora de forma resumida, é o propósito do presente artigo.

A concepção da defesa nacional

A sistemática brasileira de defesa nacional apóia-se em uma concepção abrangente, que preconiza, como não poderia deixar de ser, o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, com execução protagonizada pela expressão militar do poder nacional. Ou seja, a expressão militar constitui o cerne da Defesa Nacional. É bem verdade que problemas nacionais de vulto, que estão a exigir soluções imediatas, têm contribuído para arrefecer sensivelmente o interesse pela temática da defesa nacional e, conseqüentemente, pelo aparato militar. Porém, acreditamos que é temerário admitir que a preponderância conjuntural de uma questão se traduza em desinteresse por outra de peregrina essencialidade.

A abrangência conceptual acima referida traduz-se, ainda, pela conjunção de valores e preceitos legais acolhidos pela Nação, que, uma vez codificados, passam a constituir a Doutrina de Defesa Nacional. Daí, o requisito de que ela seja autóctone, porém não xenófoba, posto que, muitas vezes, ensinamentos coligidos por outras nações podem ser adotados também por nós.

Entenda-se, no caso, a doutrina como uma codificação *flexível*, capaz de se ajustar às variáveis conjunturais, e *racional*, ou seja, à margem

de dogmas e de radicalismos ideológicos. Trata-se de um referencial, de uma orientação para planejamentos de alto nível, para formulação de estratégias, atuação diplomática e empregos de forças militares.

Assim, à doutrina de defesa cabe, em suma, consolidar os fundamentos relativos ao emprego dos meios de toda ordem – pessoais e materiais – que conformam o poder nacional, com o intuito de resguardar os mais caros e lúdimos interesses ou objetivos nacionais, particularmente considerando-se a imprevisibilidade do futuro. Ela deve permitir uma simbiose de pensamentos, tendo em vista a ação eminente da defesa nacional.

Em que pese as incertezas mencionadas anteriormente, é preciso ressaltar que a vertente militar da defesa, em seus planejamentos estratégicos, considera as denominadas *hipóteses de emprego*, que nada mais são do que a descrição de ameaças possíveis, concretas ou latentes, externas ou internas, e a antevisão de emprego das Forças Armadas. E, ainda, que, para as Forças Armadas, a própria indefinição das ameaças chega a constituir, por si só, mais uma ameaça, o que as obriga a estarem preparadas para “o que der e vier”. Portanto, Defesa é ação contínua e não conjunto de medidas esporádicas, pois exige prontidão e adestramento permanente.

Linhas mestras da doutrina de defesa

Segundo a concepção explanada no tópico anterior, a doutrina brasileira de defesa encontra-se respaldada em aspectos considerados fundamentais e legais que refletem o consenso nacional. Esses aspectos, ou *linhas mestras*, são de particular interesse para as pessoas que detêm atribuições relativas à temática de defesa nacional.

A seguir, serão tecidos comentários sobre cada uma dessas linhas.

• **Observância irrestrita das condicionantes constitucionais e de outros dispositivos legais específicos**

O primeiro diploma legal a se considerar é a Constituição Federal (CF), de 1988, que expressa claramente as bases em que devem se assentar as atividades de defesa nacional, além de respaldar toda a sistemática de planejamento estratégico conseqüente. Nela, encontramos os seguintes preceitos:

– Art. 4º. *A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:*

...

IV – não-intervenção;

VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;

...

– Art. 21. *Compete à União:*

...

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

...

– Art. 22. *Compete privativamente à União legislar sobre:*

...

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

...

– Art. 91. *O Conselho de Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e [...]*

§ 1º – *Compete ao Conselho de Defesa Nacional*

I – opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;

II – opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especial-

mente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

IV – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

...

– Art. 142. *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*

§ 1º – *Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.*

• **Participação das Forças Armadas sempre com e como respaldo da ação política do Governo**

A Política de Defesa Nacional (PDN) entende a Defesa Nacional como o “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

Segundo a Doutrina Militar de Defesa (DMD), “o Estado, em seus diversos escalões de governo, detém os maiores encargos de defesa”. E, ainda, “a participação das Forças Armadas se dá sempre como respaldo à ação política (interna e externa) do governo”. (DMD/2007)

Da Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre os aspectos especificados no § 1º supracitado, podem-se ressaltar as seguintes considerações:

Art. 15. *O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em*

operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I – diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II – diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;

III – diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força;

• Atenção para as limitações impostas pelo Direito (nacional e internacional) e por outros dispositivos acordados pelo País

Dispositivos que regem as relações internacionais, acolhidos pelo Estado brasileiro, como Carta das Nações Unidas, Convenção de Genebra, Tribunal Internacional, leis de guerra, tratados de eliminação de armas de destruição em massa etc., exercem profunda influência na formulação da doutrina de defesa, devendo ser observados quando do planejamento das operações de defesa nacional e da atuação sob a égide de organismos internacionais.

• Sistemática hierarquizada de planejamento da defesa nacional

O planejamento da defesa nacional tem início no mais elevado escalão governamental, prosseguindo pelos demais até se chegar aos órgãos executores militares e civis. Desse escalonamento decorrem os ditos *níveis de condução da guerra*, estabelecidos de acordo com a seguinte especificação:

nível político – conforma o mais alto escalão responsável pela condução do Estado, ca-

bendo a esta instância a identificação dos interesses nacionais e as normas de comportamento político que condicionarão as ações de governo. Desta forma, as ações inerentes à expressão militar do poder nacional também estarão limitadas pelos condicionamentos fixados por este nível. É aqui que se define(m) o(s) objetivo(s) político(s) da guerra, que irá(ão) condicionar o planejamento militar e outros referentes às demais expressões do poder nacional;

nível estratégico – subordinado ao nível político e interagindo com ele, envolve os diversos ministérios e, assim, o mais elevado escalão militar. Após traduzir a vontade política, este nível identifica os objetivos político-estratégicos que contribuirão para a consecução dos interesses nacionais. Neste nível, verifica-se de que modo as normas de comportamento político poderão interferir nas ações de defesa, particularmente nas militares, a fim de instruir os níveis de condução subordinados. Aqui, situam-se o Ministério da Defesa, o Conselho Militar de Defesa e os comandos das Forças Armadas;

nível operacional – este nível está associado ao emprego das forças militares em teatro(s) de operações, em que as campanhas e operações de grande vulto são planejadas e conduzidas. Os comandantes operacionais integram este nível, sendo responsáveis por definir os objetivos operacionais que concorrerão para atingir os objetivos políticos da guerra;

nível tático – é o nível de atuação das forças militares, cujo emprego estará condicionado às diretrizes emanadas desde o nível político. É o nível que trata mais especificamente do confronto entre as forças beligerantes.

• Ativação de uma estrutura militar de defesa

Decretada, em caso de guerra, a mobilização nacional, passa-se à ativação da estrutura militar de defesa. Essa estrutura destina-se a aten-

der a situações de crise, conflito armado e guerra, previstas ou não nas hipóteses de emprego.

Basicamente, ela compreende os grandes comandos operacionais que terão a responsabilidade de conduzir a campanha militar e outras ações militares específicas.

• ***Atuação das Forças Armadas preponderantemente contra ameaças externas***

Conforme estabelecido na Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30/6/05, esta condicionante deixa claro que a expressão “preponderantemente externas” não exclui a atuação das Forças Armadas contra ameaças internas, até porque, no contexto de uma guerra, pode haver o concurso de ameaças internas concomitantemente com as externas que deram origem ao conflito bélico, ou mesmo antecedendo a estas.

• ***Postura dissuasória defensiva na defesa da Pátria, com emprego primeiro da diplomacia e solução pacífica dos conflitos***

Esta linha mestra encontra-se prescrita na Constituição Federal e na Política de Defesa Nacional: “A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro da solução de conflitos e em uma postura estratégica baseada na existência de uma capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório” (PDN/2005). É preciso entendê-la não como uma postura de passividade diante de ameaças, mas como uma atitude preventiva racional que reflete a índole pacífica do povo brasileiro (que não deve ser confundida com passividade diante de agressões) e o emprego da força como último argumento. Outro aspecto a se considerar é que a atitude defensiva (e estamos tratando de defesa) é estrategicamente lógica e sensata, pois, conforme nos ensina Clausewitz, “a defesa é mui-

to mais completa do que o ataque, já que, ao final, sempre requer o contra-ataque”.

Em outras palavras, a postura defensiva não descarta ações ofensivas, em qualquer campo do poder, particularmente no militar; a própria atuação proativa da diplomacia não deixa de ser “ofensiva”, com o intuito de preservar os interesses nacionais sem a necessidade de o país ter que se valer “extemporaneamente” de recursos extremos (as armas).

Por outro lado, capacidade dissuasória significa, no campo militar, estar preparado para se defender e para impingir ao agressor severas perdas, ou seja, um elevado preço a pagar caso seja concretizada a agressão. Porém, em termos de poder nacional, é preciso entendê-la não apenas como resultante de forças armadas eficientes, mas, muito mais que isso, calcada no potencial nacional, representado, principalmente, por reservas financeiras, domínio tecnológico, infraestrutura adequada (em suas várias vertentes), base industrial de vulto, coesão nacional, estabilidade sociopolítica, capacidade de transporte etc., além da necessária determinação política.

Em suma, é exatamente por adotar essa postura dissuasória que o Brasil necessita estar permanentemente preparado para defender seus interesses e patrimônio, até porque está cada mais vez mais difícil prever-se com alguma antecedência o surgimento de ameaças. Ainda citando Clausewitz, “são os ameaçados que devem estar sempre prontos para se defender e não se deixar surpreender”.

• ***Estabelecimento de regras de comportamento e normas de engajamento das Forças***

A Doutrina Militar de Defesa estabelece fundamentos para o emprego das Forças Armadas, de modo a orientá-las no exercício de suas atribuições constitucionais. Essa orientação traduz-se por princípios, conceitos, normas

e procedimentos inerentes a todas e a cada uma das Forças, o que redundará em entendimentos comuns imprescindíveis ao emprego combinado.

Ela estipula que: *“Visando ao controle das ações, são estabelecidas regras de comportamento e de engajamento das forças envolvidas, em consonância com a condução política da situação”. “As limitações às ações militares estabelecidas pelo nível político decorrem, na prática, de fatores que condicionam as doutrinas do governo ao buscar seus objetivos. Tais fatores são geralmente de natureza política e jurídica. Eles devem ser corretamente identificados no nível político e transmitidos ao nível estratégico, para que este gere as suas normas de comportamento. Quando do emprego das Forças, os comandos de nível operacional traduzem as instruções dos níveis superiores em regras de comportamento operativo, as quais orientam os comandos de nível tático sobre as diferentes ações que suas unidades devem ou ficam autorizadas a executar em resposta às ações do oponente”.* (DMD/2007)

Paralelamente, Direito Internacional, proscrição de armas químicas e biológicas, direitos humanitários, leis de guerra, preservação ambiental são, dentre outros, fatores que impõem o estabelecimento de regras de comportamento e normas de engajamento à atuação das forças militares em operações. O estabelecimento de regras de comportamento e de normas de engajamento logicamente terá sensível influência no planejamento das ações de defesa nacional e no emprego de tropas. Porém, este princípio não pode traduzir-se em fator de inibição do espírito ofensivo, essencial ao êxito das operações de combate.

• ***Evitar a aniquilação do inimigo para, após impor-lhe a vontade nacional, possibilitar sua recu-***

peração de forma a permitir o restabelecimento da paz (saída honrosa) e o ressarcimento das dívidas de guerra.

Este constitui um princípio muito sensato da nossa Doutrina de Defesa.

O propósito maior de uma guerra é restabelecer a paz após a superação do *status quo* que a gerou (*status quo ante bellum*), ou seja, após o atendimento ao objetivo político estabelecido. E isso, além do ressarcimento de dívidas ao vencedor, somente será possível se o derrotado encontrar condições favoráveis, que lhe facultem uma saída honrosa para celebrar a paz e aceitar condignamente as condições impostas pelo vencedor.

Este princípio pode contribuir, ainda, para caracterizar a legitimidade da guerra, posto que, desta forma, ela não terá se refletido em “espírito de vingança”, de humilhação, de arrasamento do adversário, assegurando-lhe condições de se recuperar.

• ***Delimitação de espaços geográficos específicos para condução das operações bélicas e dos apoios correspondentes***

Encontramos, dentre os fundamentos que regem as operações bélicas de defesa, o estabelecimento de espaços geográficos específicos para o emprego das Forças Armadas, definidos segundo a Estrutura Militar de Guerra.²

A título de recordação e sem maiores comentários, citam-se as seguintes áreas operacionais: teatro de guerra (TG); teatro de operações (TO); zona do interior (ZI); zona de defesa (ZD); zona de operações (ZOP); área marítima de operações (AMOP).

Em decorrência desses espaços, são estabelecidos os grandes comandos operacionais

² A Estrutura Militar de Guerra em vigor (1980) encontra-se em fase de revisão no Ministério de Defesa e de transformação em Estrutura Militar de Defesa (proposta 2005).

correspondentes, com as respectivas missões de defesa.

• ***Gerenciamento de crises e conflitos pela expressão política***

A Política de Defesa Nacional estabelece que, “no gerenciamento de crises internacionais político-estratégicas, o Governo determinará a articulação dos diversos setores envolvidos”.

Por seu lado, a Doutrina Militar de Defesa enfatiza que “a responsabilidade pelo gerenciamento de crises no âmbito do Estado cabe à expressão política do Poder Nacional, coordenada pelo Presidente da República, considerando a consultoria do Conselho de Defesa Nacional e de outros órgãos”.

Essa linha mestra é bastante lógica, posto que qualquer crise ou conflito deve ser conduzida(o) pelo mais elevado escalão com poder decisório. É ele que pode, pela visão do todo e pela credencial legal de decisão, estabelecer condições, impor ou aceitar normas de negociação e concordar ou não com concessões.

Portanto, este princípio mostra-se coerente com o princípio da autoridade estipulado na Constituição Federal.

• ***Domínio de tecnologias bélicas de ponta e da tecnologia nuclear para fins pacíficos***

A PDN ressalta o uso da tecnologia nuclear como “um bem econômico para fins pacíficos”. Portanto, a Doutrina de Defesa brasileira procreve o uso de armamento nuclear, até porque o País é signatário do Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares.

Por outro lado, tecnologicamente o Brasil não pode renunciar, em prol de seu desenvolvimento, ao domínio dessa fonte de energia, particularmente diante da prenunciada escassez de elementos naturais que ora conformam nossa matriz energética. Tal renúncia constituiria um erro estratégico irreparável. Dentre as Orien-

tações Estratégicas estabelecidas pela PDN, destaca-se que: “O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados para a produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologia de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa”.

Ratificando essa orientação, podem ser citadas três diretrizes também da PDN:

- “fortalecer a infra-estrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional, prioritariamente a de transporte, energia e comunicações;
- estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa;
- intensificar o intercâmbio das Forças Armadas entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias nas áreas de interesse da defesa.”

• ***Prioridade para a nacionalização do material de defesa***

O material, em toda a sua variedade, exerce influência direta na doutrina de defesa, particularmente o de natureza estritamente bélica. Pode-se dizer que o país que depende de fontes externas para o provimento desse material já apresenta 50% de vulnerabilidade em seu aparato de defesa.

Em contraposição, o estabelecimento de uma consistente base industrial de defesa constitui fator altamente dissuasório de agressões ao patrimônio ou aos interesses de uma nação, contribuindo, assim, para respaldar sua soberania.

A nossa PDN estabelece que: “A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento

da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis". Mais adiante, no tópico Diretrizes: "Contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de uma base industrial de defesa".

Segundo a DMD, "a opção preferencial pela dotação e pela compra de produtos nacionais é a maneira para se reduzir a dependência de materiais e serviços de defesa estrangeiros, assegurar a continuidade do fluxo logístico durante o emprego e garantir a capacidade de permanecer na ação de combate."

Quanto a esse aspecto – material e base industrial de defesa –, o País encontra-se, como se sabe, em condições aquém das necessárias. Mas, a análise dessa faceta da Defesa Nacional não é objeto do presente artigo, razão pela qual não nos aprofundaremos no assunto.

• *Emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem*

Além do Artigo 142 da Constituição Federal/88, vamos encontrar prescrições para essa linha mestra:

– na PDN: "Com base na Constituição Federal e em prol da Defesa Nacional, as Forças Armadas poderão ser empregadas contra ameaças internas, visando à preservação do exercício da soberania do Estado e à indissolubilidade da unidade federativa"; e

– no Decreto nº 3.897, de 24/8/01, que fixa a Diretriz para o Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem.

A diretriz presidencial que regulará o emprego das Forças Armadas nessa missão constitucional será transmitida ao Ministro da Defesa e preconizará a missão, as condicionantes do emprego, os órgãos envolvidos e outros aspectos necessários a cada situação.

Deve-se ressaltar que esse emprego tem caráter excepcional (sob aspectos político e

legal), episódico (relacionado ao fato gerador) e temporário (enquanto necessário).

• *Participação em operações internacionais*

Um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil é a "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" (CF – Art. 4º, inciso IX).

Inicialmente, é preciso considerar que:

– (CF) – Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

– (CF) – Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...]

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Adicionalmente, a PDN estabelece, em suas Diretrizes, o seguinte:

– *dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;*

– *participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais.*

Acena, ainda, com a possibilidade de o País participar em conflitos de maior expressão.

Como se observa, a partir dessas citações, o Brasil manifesta postura ativa em relação à participação em atos internacionais que venham a proporcionar melhores condições de vida para a humanidade. Em decorrência, é preciso que essa postura seja plenamente considerada na formulação da Doutrina de Defesa e nos consequentes planejamentos, em todas as esferas do poder nacional e, em especial, nas Forças Armadas.

• *Participação das Forças Armadas no desenvolvimento nacional*

Na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, consta o seguinte:

– “Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República”.

Em face da dispersão de suas organizações militares no território nacional e da infra-estrutura que possuem, as Forças Armadas encontram-se permanentemente em condições de participar de empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento nacional, particularmente nos locais mais remotos onde a iniciativa privada não se mostre viável.

Essa peculiaridade das Forças Armadas, se bem aproveitada pelo Governo (sem comprometer a atividade-fim) e respaldada pelo aporte de recursos financeiros condizentes, pode redundar em confiável acelerador do desenvolvimento nacional.

Tal participação militar contribui para enriquecer o poder nacional e, assim, para ampliar a capacidade dissuasiva do País.

Por outro lado, jamais se pode perder o foco das instituições militares, que é a defesa da Pátria. Como tal, as Forças Armadas devem ser essencialmente organizadas e conduzidas como “máquinas de guerra”, com real capacidade de cumprir sua missão constitucional precípua.

• Evitar conquistas territoriais permanentes

A CF, no § 1º do Artigo 91, estabelece:

§ 1º *Compete ao Conselho de Defesa Nacional:*

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira[...].

A Política de Defesa Nacional, ao considerar a vertente preventiva da defesa, baseia-se nos seguintes pressupostos básicos:

– *fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente;*

– *estrito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional baseado na confiança e no respeito mútuos;*

– *rejeição à guerra de conquista;*

– etc.

Ao Brasil, pela sua tradição constitucional, pelos princípios que regem suas relações internacionais e pelas próprias dimensões continentais do País, não interessa proceder a conquistas territoriais de vizinhos.

Naturalmente que, em estado de beligerância, qualquer ocupação de áreas externas que se caracterizem como imprescindíveis à defesa nacional terá caráter meramente operacional e temporário. Resolvido o conflito, retorna-se ao *status quo ante bellum*.

Nesta postura brasileira – de não cultivar a pretensão de conquistas territoriais –, está implícita a reciprocidade por parte de contendores que possam surgir, ou seja, considera-se respeitada a integridade do território nacional.

Com as considerações até aqui elaboradas, acreditamos ter abordado os principais aspectos ou fundamentos que conformam a nossa Doutrina de Defesa, destacando-os como importantes tópicos a serem observados nos planejamentos estratégicos da defesa nacional, seja por organismos militares seja por entidades governamentais civis.

Uma iniciativa de vulto

No dia 7 de junho de 2006, foi instalada no Congresso Nacional a Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas, entidade de caráter suprapartidário.

Idealizada pelo Deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ), a partir de uma visita desse parlamentar a organizações do Exército na Amazônia e da constatação da necessidade premente de maior investimento na proteção

do território nacional, a Frente contou, para sua implementação, com o apoio de deputados, senadores, ministros e representantes da sociedade brasileira.

Em prosseguimento, realizou-se na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 4 de dezembro de 2006, o I Seminário da Frente, intitulado Sociedade: Diálogo com as Forças Armadas. Naquela oportunidade, com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, dos ministros da Defesa e das Relações Exteriores, do presidente e do vice-presidente da Frente Plurissetorial, dos comandantes das três Forças Singulares (representados), do reitor da UFRJ e de várias outras autoridades civis e militares, foram debatidos vários temas relevantes para a Defesa Nacional.

O mais importante a se ressaltar é que essa iniciativa, endossada por diversas autoridades, traduziu-se em um significativo passo rumo ao entendimento e à participação da sociedade brasileira na temática da Defesa Nacional, inquestionavelmente um compromisso irrefutável de todos os brasileiros.

Considerações finais

Dos aspectos aqui apresentados, pode-se concluir, inicialmente, que é condição *sine qua non* o comprometimento da sociedade brasileira com os temas referentes à Defesa Nacional, pois, na esteira desse respaldo de legitimidade, virão todas as medidas necessárias a configurar a postura dissuasória da nossa estrutura de defesa.

Em seguida, há de se alertar para o significado e a importância do que aqui denominamos “linhas mestras” da nossa Doutrina de Defesa, posto que deverá se assentar sobre essa base a citada estrutura, bem como os planejamentos

estratégicos e as atualizações inerentes à Defesa Nacional, seja no âmbito militar seja no civil.

Assim, as idéias ora expostas podem ser sintetizadas por meio das seguintes considerações:

- para a formulação da Doutrina de Defesa, é fundamental que se compreenda o amplo espectro que envolve conflitos entre Estados, com destaque para a natureza da guerra, como fenômeno político-social que acompanha a humanidade desde os seus primórdios e que tem sofrido variações ao longo dos tempos;

- a formulação de uma doutrina de defesa é tarefa abrangente, que congrega as mais instigantes variáveis, nos diversos campos de relacionamento entre Estados e sociedades;

- uma doutrina de defesa tem de estar apoiada em dispositivos legais, tem de admitir atualizações, tem de ser coerente com os fatores condicionantes e conjunturais, tem de considerar os valores essenciais da nacionalidade expressos em suas “linhas mestras”;

- é fundamental que sua elaboração se processe de cima para baixo, ou seja, que os parâmetros maiores sejam estabelecidos a partir dos mais elevados escalões de decisão até atingir o nível tático dos atores nos campos de batalha;

- deve haver nítida coerência no estabelecimento dos diversos princípios doutrinários, sob pena de se obter um produto supérfluo, inconsistente, meramente retórico;

- finalmente, que uma doutrina deve conter valores, princípios, conceitos, normas, métodos, processos e técnicas, de modo que a ação resultante de sua aplicação possa ser a mais eficaz possível, essencialmente no contexto das operações bélicas.

Com base no exposto, observa-se que a nossa Doutrina de Defesa procura atender aos requisitos abordados, o que lhe assegura coerência com os cenários atuais e franca possibi-

lidade de evoluir de acordo com as tendências rumo a perspectivas futuras, ainda que balizadas pela incerteza. Deve-se, porém, ressaltar que a base industrial e a atualização do material de defesa deixam a desejar, apesar de a capacidade militar ser o cerne da Defesa Nacional. Mas este é tema para outra vertente de discussões.

Resta-nos apenas salientar que nem as autoridades constituídas nem a sociedade (li-

deranças e executivos nos diversos segmentos sociais) podem se furtar ao compromisso inarredável de participar efetivamente das ações de defesa nacional (planejamento, preparo e execução), pois, se não houver vontade, os meios serão inócuos; se não houver os meios, a vontade será mera fantasia; e, se não houver nem um nem outro, o País estará fatalmente à mercê de terceiros. ☉

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa, 1988. Senado Federal.DF

——. Lei Complementar nº 97/1999. Brasília. DF

——. Política de Defesa Nacional, 2005. Brasília. DF

MINISTÉRIO DA DEFESA. Doutrina Militar de Defesa, 2007



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Elisa Lynch

Fernando Baptista

Biografia da esposa de Francisco Solano López — ditador do Paraguai. Narra a vida da protagonista, tendo como pano de fundo, os antecedentes e as consequências da Guerra do Paraguai.

“A Estrada para o Terror”

Ainda a historiografia comunista¹

Carlos I. S. Azambuja*

“A matriz leninista serviu a todos os ‘pequenos irmãos’. O modelo foi aplicado de forma diferente de acordo com as diferentes situações culturais. O vetor da repressão na Rússia foi a polícia política, a CHEKA-OGPU-GPU-NKVD – KGB, ao passo que na China foi o Exército de Libertação Popular, e, no Camboja, os adolescentes, vindos dos campos a quem foram dados fuzis (...) O objetivo por toda a parte era reprimir os ‘inimigos do povo’.”

(Jean-Louis Margolin, *O Livro Negro do Comunismo*)

Além de *A Era dos Extremos*, uma outra obra característica das reações nostálgicas à queda do comunismo foi a de J. Arch Getty e Oleg Naumov, *The Road to Terror*, 1999, que trata dos expurgos preparados dentro do Partido Bolchevique em 1932 e concluídos, por meio do Grande Terror, em 1939.

A documentação utilizada constitui-se, em sua maior parte, em notas estenográficas das sessões ultra-secretas do Comitê Central do PCUS, nas quais foram acusados Ienukidzé, Rykov e Bukarin, para citar apenas as figuras principais. As sessões de 4 de dezembro de 1936 e de 23 de fevereiro de 1937, que concernem a Bukarin e a Rykov, são verdadeiras sessões de tortura psicológica e de linchamento político.

Molotov, 50 anos mais tarde, assim se referiu à ausência de provas contra Bukarin e Rykov: “De que provas suplementares da culpa deles vocês precisam, quando sabíamos que eram culpados, que eram inimigos?” E acres-

centa: “É claro, as exigências (de repressão) vinham de Stalin. Claro, as coisas foram longe demais, mas penso que tudo era permitido em função de uma única coisa: manter o poder de maneira sólida”. Anotem: tudo era permitido...

A carta secreta do Partido Bolchevique – que somente em 1952 passou a ser denominado Partido Comunista da União Soviética –, de 29 de julho de 1936, que dá partida ao Grande Terror, assinala um ponto fundamental: “A marca indiscutível de cada bolchevique na situação atual deve ser sua capacidade de reconhecer e de identificar os inimigos do partido, qualquer que seja a maneira pela qual eles consigam esconder sua natureza”.

Em *The Road to Terror*, um dos autores, Arch Getty (professor de História da Rússia Moderna na Universidade de Califórnia, Riverside), fez a revisão do revisionismo, abandonando suas afirmações de 1985, segundo as quais o Grande Terror fizera apenas “alguns milhares

¹ Resumo das páginas 98 a 105 do livro *Cortar o Mal pela Raiz! História e Memória do Comunismo na Europa*, de autoria de diversos autores, sob a direção de Stéphane Courtois, Editora Bertrand do Brasil, 2006.

* O autor é coronel e historiador.

de mortos”, e volta à realidade: 690 mil assassinados em 14 meses, de 1937 a 1938, o que é muito diferente! Diferente porque o número de vítimas é um dos elementos importantes da apreciação histórica. Quando se escreve que o Grande Terror fez alguns milhares de mortos e não 690 mil fuzilados, a interpretação dos fatos é muito diferente.

Contrariamente ao que afirma Getty, o expurgo não foi um fenômeno misterioso pelo qual um grupo que se apoderou do poder seria condenado a se suicidar. Os documentos mostram contrariamente que Stalin e seus acólitos quiseram com o terror – o Grande Terror, quando conhecido em toda a sua extensão – eliminar, em primeiro lugar, os concorrentes potenciais e também os membros do aparelho de Estado ligados em demasia às necessidades do governo e não o suficiente à ideologia e ao projeto utópico e, por fim, as pessoas “sensíveis demais”, que não se demonstraram cruéis e impiedosas o bastante e manifestaram, aqui e ali, alguns resquícios de sentimentos humanos.

O outro objetivo era assegurar a obediência absoluta da parte sobrevivente do partido e da sociedade. Para Stalin, toda e qualquer crítica era sinal de oposição, toda oposição implicava conspiração, e a conspiração era uma traição que merecia a morte. Era essa a dinâmica do regime totalitário.

Getty insiste no fato de que muitos daqueles bolcheviques, ex-conspiradores, tinham um espírito formado no que os russos chamam de *konspiratzia* – o trabalho conspirador – baseado na fidelidade e na confiança, com seus corolários, a suspeita e a traição, o que nos faz remontar o fenômeno ao inventor e ao chefe dessa *konspiratzia*: Lenin.

Essa prática conspirativa desenvolvia de forma incontestada uma paranóia levada a seu

paroxismo com Stalin, mas também revelava um cálculo racional no líder de um partido-Estado ideocrático, cujos contornos ainda não foram de todo avaliados.

Mesmo não se considerando sua dimensão criminosa e contrariamente à vulgata trotskista que o apresenta como um *apparatchik* medíocre, Stalin foi o homem de poder mais eficaz do século XX. Durante mais de 35 anos, ele levou à frente a administração dos bolcheviques com mão de mestre. Ele foi o mais capaz de ajustar seus meios a seus fins políticos.

Tudo agora passa a demonstrar que por trás da lenda “vermelha” do “pequeno pai dos povos” e da lenda “negra” de burocrata festivo, bêbado e cinéfilo escondia-se um homem de vontade inflexível, de argúcia política excepcional, cujo profissionalismo foi, e muito, superior ao do diletante Hitler.

Se Getty afirma acertadamente que o Grande Terror foi “*uma das maiores tragédias humanas e pessoais dos tempos modernos*”, ele se esquece de precisar que ela tocou as elites do poder apenas marginalmente, e nem uma palavra sequer foi dita acerca dos milhões de vítimas das camadas populares. Assiste-se a uma curiosa defesa da memória dos privilegiados que asseguraram suas promoções fulgurantes com a crueldade da repressão praticada. Zinoviev, Bukharin, Iagoda, Iejov, Tukhatchevski e outros, que também caíram na máquina de moer stalinista, eram, desde 1918, eminentes carrascos dos povos da URSS, assim como Krushev que, 20 anos mais tarde, tentaria se inocentar acusando o homem ao qual obedecera de maneira servil.

Getty fala longamente sobre a crítica e a autocrítica, apresentada como um ritual dos militantes do partido. Mas ele nada diz acerca da natureza desse ritual, que facilita o condicionamento psíquico, a submissão e a fidelidade. A crítica implica seu autor no assassinato –

político, simbólico ou psíquico. A autocrítica é o sinal da aceitação, por seu autor, de seu próprio assassinato pelos demais membros do partido, pois, no sistema leninista e stalinista, as palavras e os rituais não são apenas simbólicos, mas induzem necessariamente os atos.

Nesse sistema, as palavras são balas que matam. Em uma carta datada de dezembro de 1935, um certo Assev, quando acusado, preferiu suicidar-se: *“Por que vocês me destruíram? (...) Não posso viver fora do partido. Para mim, o partido é tão indispensável quanto o ar”*, escreveu ele. Ser excluído do partido significava ser atirado nas trevas; perder o trabalho, alojamento, alimentação, para si e para a família, antes de perder a liberdade e – eventualmente – a vida.

Annie Kriegel, no *Grandes Processos nos Sistemas Comunistas* (Paris, 1972), já havia interpretado o sistema de expurgos e do dispositivo crítica/autocrítica como uma “pedagogia infernal”.

E em seu *Catecismo do Revolucionário* (que apareceu na Rússia em meados do século XIX), Netchaiev escreveu: “O revolucionário é um homem perdido. Existe apenas a Causa; fora dela não há nada.”

O mais surpreendente é a observação de Getty em seu livro, explicando por que não deu resposta à pergunta: “Quais as causas do terror?”, sob o pretexto de que se recusa a trazer *“respostas fáceis a uma pergunta extremamente complexa”*.

No entanto, ele se atreve a esboçar uma resposta tímida e convencional: o atraso do Estado russo e o medo dos comunistas em face da sociedade... De fato, os comunistas tinham apenas um medo: o medo de perder o poder.

Na verdade, a cultura bolchevique inicial feita de paixão revolucionária e cientificismo – reforçada pela prática dos anos 1917-22 –, o

papel fundamental de Lenin – do qual Stalin era, na época, um dos principais auxiliares –, o projeto utópico inaugurado no comunismo de guerra e reposto como ordem do dia a partir de 1928. Foi esse conjunto do projeto bolchevique que, por oposição formal a toda idéia de autonomia das forças sociais, econômicas e intelectuais, implicou o terror como único meio de assegurar sua implementação.

Num artigo mais recente – março de 2000 –, Getty se pronuncia, simultaneamente, acerca do *Passado de uma Ilusão* (livro de François Furet) e do *Livro Negro do Comunismo*, mantendo uma linguagem bem mais crua. Contradizendo a afirmação de Furet, segundo a qual o comunismo foi uma espécie de parêntesis no século, não deixando qualquer herança nem nenhum aspecto positivo, ele levanta a tese do mal necessário: a existência do comunismo teria, em particular, *“mudado o desenvolvimento social no Ocidente de maneira fundamental (...), pois tornou difícil a vida para o poder estabelecido no Ocidente, e é duvidoso que as reformas tivessem acontecido do lado ocidental se a URSS não tivesse existido. Enfim, se a democracia e a economia de mercado triunfam, deve-se agradecer ao sistema comunista”*. É a mesma argumentação utilizada por Eric Hobsbawm na *Era dos Extremos...*

Getty não pára por aí. Ele reivindica as aquisições do socialismo na URSS: a alfabetização generalizada e um dos melhores sistemas de educação tecnológica, o primeiro homem no espaço e, finalmente, a educação e a saúde gratuitas e a previdência para a velhice.

Ora, pesquisas recentes mostram que a alfabetização já estava bastante avançada em 1917; que os progressos tecnológicos soviéticos – por exemplo, na área nuclear – deveram-se de fato ao saque das tecnologias ocidentais; e que o sistema foi incapaz de se adaptar à revolução da informática. Enfim, a der-

roca da URSS revelou a situação catastrófica dos serviços de saúde e do regime de aposentadorias num sistema corroído pela ineficácia e pela corrupção.

Vê-se, portanto, a que ponto alguns meios acadêmicos permanecem submissos à propaganda comunista mais banal – de um Estado que não existe mais –, perpetuando uma cegueira que compromete a abordagem científica.

Mas, tem mais: referindo-se à fome ucraniana de 1932-33, Getty escreveu que uma ampla maioria dos pesquisadores que trabalham com os novos arquivos soviéticos pensa que essa terrível fome (...) foi o resultado da incompetência e da rigidez de Stalin, e não que se tratou de um plano genocida. Getty se omitiu em citar os nomes dessa ampla maioria de pesquisadores que consideraram incompetência e rigidez de Stalin a fome que matou 6 milhões de pessoas. E foi mais longe, estimando que mais da metade dos 100 milhões de mortos pelo comunismo – número que ele não contesta em momento algum – foi o resultado da “estupidez e da incompetência” dos regimes comunistas.

Ora, o fato de que um político seja estúpido e seu governo incompetente não lhe tira

a responsabilidade quanto ao seu caráter criminoso!

Getty conclui sua argumentação afirmando que uma enorme quantidade de vítimas atribuídas aos regimes comunistas refere-se à categoria chamada de “sobremortalidade”, óbitos prematuros que ultrapassam a taxa normal de mortalidade na população.

E acrescenta: “Os que foram executados, exilados na Sibéria ou conduzidos à força aos campos do Gulag, nos quais a alimentação e as condições de vida eram medíocres, poderiam entrar nessa categoria”. E, fazendo uma evidente alusão ao extermínio de judeus pelos nazistas, ele conclui que “a sobremortalidade não é idêntica à das mortes programadas”.

Nesse raciocínio ele esqueceu e passou por cima das cotas de fuzilados, das populações inteiras deportadas, das requisições de alimentos que causaram mortes em massa. Nada disso é sobremortalidade, termo que remete a um eufemismo típico do negacionismo.

Concluindo, recorde-se que J. Arch Getty é um dos professores universitários norte-americanos mais em evidência em matéria de História da URSS, responsável pela publicação dos arquivos do comunismo na Universidade de Yale!



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

Geopolítica e o Futuro do Brasil

Carlos Patrício Freitas Pereira

O ensaio considera a situação da Amazônia e do Pantanal ante a globalização, a necessidade de “integrar, ocupar, explorar e preservar” as regiões.

Devastação gramscista¹

Ipojuca Pontes*

A “guerra de posição” de Gramsci não subestima a “guerra de movimento”, que envolve a violência das armas. Mas prefere ter como arma a incessante manipulação de aulas, discursos, palestras, livros, noticiário da imprensa, filmes, novelas, shows musicais, peças teatrais, para chegar, afinal, por outros caminhos, ao velho regime comunista.

Prosseguindo no exame do panorama político-ideológico predominantemente esquerdista que se abate sobre a vida cultural brasileira, há que se destacar a presença do pensamento de Antonio Gramsci, seguramente mais eficiente do que as ações do Djanovismo soviético e da Escola de Frankfurt na criação das “condições objetivas” para se chegar a um “outro mundo possível” – vale dizer, estabelecer por aqui uma sociedade comunista. Para quem não sabe, Gramsci foi o secretário-geral do PC italiano que Benito Mussolini, em 1926, instituindo o “tribunal especial para a defesa do Estado”, condenou a 24 anos de prisão, depois de considerá-lo um “cérebro perigoso”.

Confinado na penitenciária de Turi (na província de Bari, Puglia), Gramsci – cujo pai, Francesco, foi condenado a cinco anos de prisão por peculato e extorsão – arquitetou, em 33 cadernos escritos no cárcere, o mais diabólico esquema estratégico para a tomada do poder pelos socialistas, em geral, e os marxistas, em particular. Com efeito, embora fugindo à estratégia de assalto direto ao poder preconizado por Lenin, cujo cerne é a violência

revolucionária, os objetivos gramscistas são os mesmos de Marx, Engels, Lenin e Fidel Castro, qual seja, destruir o capitalismo para firmar o “Estado Regulado”.

De fato, com Antonio Gramsci – *Il Gobbo* (O Corcunda) – a “transição para o socialismo” ganharia novos contornos estratégicos: em vez da “guerra de movimento”, instituída por Lenin, os socialistas ocidentais, em face do fracasso da revolução bolchevique fora da Rússia, apelariam para a “guerra de posição”, metódica e segura, a ser conduzida pelo “intelectual orgânico”, com o respaldo da “sociedade civil organizada”. O objetivo, a longo prazo, seria a defenestração da burguesia e suas instituições de poder, mas, agora, pela via da “revolução passiva”. Em vez do Estado burguês, a hegemonia do Estado passaria às “classes subalternas”.

Para administrar as sucessivas crises fomentadas no Estado democrático tradicional – uma condicionante fundamental na estratégia da “transição para o socialismo” –, Gramsci aponta como obrigatória a organização das “classes subalternas” a partir da mobilização

¹ Transcrito de MídiaSemMáscara.

* O autor é cineasta, jornalista, escritor e ex-secretário nacional da cultura.

de “aparelhos privados de hegemonia” – estes, considerados alicerces básicos para a formação da nova Sociedade Civil. Por “mobilização de aparelhos privados de hegemonia”, o teórico comunista compreende as distintas ações subversivas do partido-classe, sindicatos, associações, organizações não-governamentais (ONGs), etc., todos atuando para minar as “trincheiras” e os núcleos de “defesa” da sociedade capitalista.

Caberia ao intelectual “orgânico” o papel de buscar a adesão da sociedade civil pela penetração cultural e a detonação da guerra psicológica contra as instituições representativas do aparelho hegemônico do Estado democrático tradicional. Na sua lógica “transformadora”, Gramsci considera todo mundo como intelectual, desde o sapateiro até o escriturário, passando pela enfermeira, etc. a formar, no fundo, a massa de manobra para servir de pasto à manipulação ideológica esquerdista.

O intelectual “orgânico”, na nova estratégia revolucionária, deve conquistar, entre os demais integrantes da sociedade, a adesão do “intelectual tradicional” (burguês), desde que este aceite o papel preponderante do partido-classe – o “príncipe moderno”, na linguagem cifrada de Gramsci – como dirigente e formador do novo “consenso”, objeto final da “guerra de posição”, a etapa avançada de mobilização na “transição para o socialismo”.

O que venha a ser partido-classe, o próprio Gramsci, nas suas “*Notas sobre Maquiavel*”, assim o define:

“O moderno príncipe desenvolve-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que o seu desenvolvimento significa, de fato, que todo o ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio príncipe moderno e serve ou para aumentar o poder ou

para opor-se a ele. O príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume.”

Para estabelecer o “consenso”, o gramscismo labora dia e noite na imposição de um novo senso comum, o conjunto de valores, crenças, costumes, tradições e o modo de pensar prevalente no seio da sociedade tradicional. A concepção monstruosa do “corcunda” pretende nulificar o ser humano para, em seguida, por “dentro”, dar-lhe nova formatação, gerando assim uma espécie de *Frankstein* coletivo.

Hoje, não há como negar, a sociedade brasileira já sofre os efeitos deletérios da estratégia gramsciana para chegar ao governo hegemônico das “classes subalternas”. Facções de organizações não-governamentais, partidos políticos, setores universitários, meios de comunicação em geral, as artes, produção editorial, a Igreja, a Justiça, o Governo etc. – juntos na tarefa ingente de formar o “consenso” antes do bote final – desmontam os valores culturais do Brasil tradicional, rearticulando novos conceitos de sociedade nacional (“sociedade civil”), de cidadão (“cidadania”), de opinião individual (opinião coletiva “politicamente correta”), de legalidade (“legitimidade”) etc., em uma lavagem cerebral sem precedentes na história da Nação.

A “guerra de posição” de Gramsci, claro, não subestima a alternativa de, no momento oportuno, se associar à “guerra de movimento”, preconizada por Lenin, que envolve a violência das armas. Mas prefere, em vez disso, ter como arma a incessante manipulação de aulas, discursos, palestras, livros, noticiários da imprensa, filmes, novelas, shows musicais, peças teatrais, para chegar, afinal, por outros caminhos, ao velho, totalitário e criminoso regime comunista. ☉

Socialismo do século XXI¹

*Boaventura de Sousa Santos**

O que de mais relevante está acontecendo em nível mundial acontece à margem das teorias dominantes e até em contradição com elas.

Há 20 anos, o pensamento político conservador declarou o fim da História, a chegada da paz perpétua dominada pelo desenvolvimento “normal” do capitalismo – em liberdade e para benefício de todos –, finalmente libertado da concorrência do socialismo, lançado este irremediavelmente no lixo da História. À revelia de todas essas previsões, houve, neste período, mais guerra que paz, as desigualdades sociais se agravaram, a fome, as pandemias e a violência se intensificaram, a China “se desenvolveu” sem liberdade e mediante violações massivas dos direitos humanos e, finalmente, o socialismo voltou à agenda política de alguns países.

Concentro-me neste último, pois constitui um desafio tanto ao pensamento político conservador como ao pensamento político progressista. A ausência de alternativa ao capitalismo foi tão interiorizada por um quanto pelo outro. Daí que, no campo progressista, tenham dominado “terceiras vias”, buscando achar no capitalismo a solução dos problemas que o socialismo não soubera resolver.

Em 2005, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, colocou na agenda política o objetivo de construir o “socialismo do século XXI”.

Desde então, dois outros governantes – tal como Chávez, democraticamente eleitos –, Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), tomaram a mesma opção.

Qual o significado desse aparente desmentido do fim da História? Qual o perfil da alternativa proposta ao capitalismo? Que potencialidades e riscos ela contém?

O socialismo reemerge porque o capitalismo neoliberal não só não cumpriu suas promessas como tentou disfarçar o fato com arrogância militar e cultural; porque sua voracidade por recursos naturais o envolveu em guerras injustas e acabou por dar poder a alguns países que os detêm; porque Cuba – seja qual for a opinião a respeito do seu regime – continua a ser exemplo de solidariedade internacional e de dignidade na resistência contra a superpotência; porque, desde 2001, o Fórum Social Mundial tem vindo a apontar para futuros pós-capitalistas, ainda que sem os definir; porque nesse processo ganharam força e visibilidade movimentos sociais cujas lutas pela terra, pela água, pela soberania alimentar, pelo fim da dívida externa e das discriminações raciais e sexuais, pela identidade cultural e por uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada parecem estar votadas ao fracasso no marco do capitalismo neoliberal.

O socialismo do século XXI, como o próprio nome indica, define-se, por enquanto,

¹ Colaboração do autor.

* O autor é português, sociólogo e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

melhor pelo que não é do que pelo que é: não quer ser igual ao socialismo do século XX, cujos erros e fracassos não quer repetir.

Não basta, porém, afirmar tal intenção. É preciso realizar um debate profundo sobre os erros e fracassos para que seja credível a vontade de evitá-los. Se tal desidentificação em relação ao socialismo do século XX for levada a cabo, alguns dos seguintes traços da alternativa deverão emergir.

Um regime pacífico e democrático assente na complementaridade entre democracia representativa e democracia participativa; legitimidade da diversidade de opiniões, não havendo lugar para a figura sinistra do “inimigo do povo”; modo de produção menos assente na propriedade estatal dos meios de produção do que na associação de produtores; regime misto de propriedade em que coexistem propriedade privada, estatal e coletiva (cooperativa); concorrência por um período prolongado entre a economia do egoísmo e a economia do altruísmo, digamos, entre Microsoft Windows e Linux;

sistema que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito à natureza e na justiça distributiva; nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais; reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for o caso); luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária; promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas.

Será tal alternativa possível? A questão está em aberto. Nas condições do tempo presente, parece mais difícil do que nunca implantar o socialismo num só país, mas, por outro lado, não se imagina que o mesmo modelo se aplique em diferentes países. Não haverá, pois, socialismo, e sim socialismos do século XXI. Terão em comum reconhecerem-se na definição de socialismo como democracia sem fim. ●

Walter Russell Mead

UMA ORIENTAÇÃO ESPECIAL



*A política externa
norte-americana
e sua influência
no mundo*

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA **Coleção General Benício**

Uma Orientação Especial **Walter Russell Mead**

Imperdível retrospecto da tradição da política externa dos Estados Unidos, que, sob o olhar do autor, até o fim da Guerra Fria, estaria fundamentada em quatro escolas básicas, cada qual identificada com um líder político.

O processo de desmontagem do Estado¹

*Manuel Cambeses Júnior**

O século XIX viu o surgimento dos últimos grandes Estados. Nesse século, não somente Alemanha e Itália fizeram seus aparecimentos no cenário mundial, mas, também, os Estados Unidos puderam realizar seu destino manifesto, transformando-se em um grande Estado continental.

O século XX, entretanto, conseguiu evidenciar as máximas expressões de estadolatria, com o aparecimento do fascismo e do comunismo, e, também, de importantes Estados surgidos do desmembramento dos impérios coloniais.

Acrescente-se que durante os 50 anos que durou a Guerra Fria, o mundo girou em torno de um sistema de relações interestatais centrado em dois grandes Estados. A última década daquele século, entretanto, transformou-se na era do ocaso dos Estados.

Em nenhum momento da evolução histórica da humanidade os Estados se encontraram em tal condição de desprestígio. O novo Direito Internacional aponta para concepções tais como: direito de ingerência, tutelas supranacionais, direitos humanitários e soberanias limitadas; todos os quais coincidem no desconhecimento da primazia estatal dentro da ordem internacional.

Por outro lado, o fenômeno da globalização vai carcomendo implacavelmente as fun-

ções dos Estados e as identidades sobre as quais estes se assentam, ao mesmo tempo em que o fenômeno étnico e os fundamentalismos vão escavando suas bases de sustentação.

Observa-se que o poder que os Estados anteriormente detinham atualmente tende a fluir em três direções distintas: para cima, orientado aos organismos supranacionais e coletivos; para os lados, em direção às organizações não-governamentais; e, finalmente, para baixo, dirigido a regiões cada vez mais autônomas.

Particularmente chamativo é o duplo processo de desmontagem que se opera sobre o Estado, desde as instâncias da globalização e do fundamentalismo. Sob o influxo da globalização, os Estados vão se desfazendo de boa parte das funções que os caracterizavam, adentrando em processos de privatização e abandono de serviços públicos. Cada vez menos, os Estados se distinguem das corporações privadas e, cada vez mais, vão se regendo pelas mesmas normas de competitividade.

Os cidadãos, crescentemente desassistidos e ansiosos, observam como ao seu redor tudo passa a reger-se pelas exigências e pela ética do capital privado. A inevitável erosão da lealdade do cidadão para com o Estado vê-se reforçada com o desgaste da identidade nacional que a globalização traz em seu bojo. É o resul-

¹ Colaboração do autor.

* O autor é coronel-aviador e conferencista especial da ESG, sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e pesquisador do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

tado inevitável da homogeneização planetária. De alguma maneira, o fenômeno globalizador vai pressionando, de cima para baixo, o Estado, por intermédio de uma intensa ação asfixiante. A única resistência capaz de interpor-se a essa ação devastadora e implacável é representada pelos núcleos de identidades subsistentes, ou seja, os fundamentalismos e os etnicismos desatados, que conspiram sistematicamente contra os Estados, destruindo seus alicerces.

Paradoxalmente, a crise do Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da Checoslováquia surgiram 22 Estados independentes.

Porém, não foi somente no velho bloco socialista que se produziu esse fenômeno. Países centrais dentro do mundo ocidental, como Canadá e Bélgica, confrontam a mesma ameaça. O porquê deste fenômeno está intimamente ligado à própria crise do Estado. Quatro elementos centrais explicariam o processo em marcha.

Primeiramente, os núcleos radicais de identidade que buscam conformar Estados que atendam às suas particulares características. Em segundo lugar, a possibilidade de encontrar, em

nível planetário, os elementos de complementariedade e integração que davam sentido ao Estado. Em outras palavras, à medida que os Estados se integraram globalmente e deixaram de ser unidades de auto-sustentação, torna-se possível que suas regiões componentes possam aspirar a uma existência independente.

Em terceiro lugar, o próprio fato de que o êxito na economia global não é determinado pela quantidade de recursos naturais, mas sim pela qualidade de seus recursos humanos. Os segmentos e regiões mais avançados do interior dos Estados começam a ver, como uma carga desnecessária, os territórios e porções sociais mais atrasados, buscando desvencilhar-se deles.

Em quarto lugar, sob a proteção dos organismos de segurança coletiva e do novo Direito Internacional, já é possível a subsistência de Estados débeis, tornando-se desnecessário o escudo protetor dos Estados mais fortes.

Em síntese, hodiernamente, a crise que o Estado enfrenta é a própria fonte de sua proliferação, ou seja, os Estados ampliam-se em quantidade, porém significam cada vez menos em termos de soberania e autodeterminação. ●



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

Ganhando a Guerra

John B. Alexander

Especialmente preocupado com a guerra contra o terror, o livro relata os novos equipamentos bélicos que poderão desempenhar papel determinante nos conflitos armados do futuro.

Tigre de papel¹

Guy Sorman*

Tradução: Rodrigo Garcia

Muitos no Ocidente acreditam que o crescimento chinês criou uma classe média independente que vai pressionar por mais liberdades políticas. Mas quem usufrui das vantagens é uma classe de novos ricos, que trabalham nas Forças Armadas, na administração pública, em empresas estatais ou em firmas privadas de fachada, enquanto a esmagadora maioria da população vive na mais negra miséria.

Nos dias de hoje, a imprensa ocidental está repleta de reportagens sobre a transformação da China numa superpotência. Um grande número de missões políticas e empresariais visita Pequim, confiantes na economia chinesa, que continua crescendo rapidamente. Investimentos florescem. Coroando o novo status do país, Pequim será sede da Olimpíada de 2008. Mas, depois de passar todo o ano de 2005 e parte do de 2006 viajando pela China, visitando não só as prósperas cidades e falando com dezenas de dissidentes, líderes do Partido Comunista e gente do povo, minha crença que o século XXI não pertence aos chineses apenas foi reforçada.

É verdade, 200 milhões deles, felizardos por trabalharem num mercado globalizado em expansão, estão cada vez mais usufruindo dos padrões de vida da classe média. O 1 bilhão de chineses restantes, porém, estão entre os mais pobres e mais explorados povos do mundo, até sem direitos e serviços públicos mínimos. O PC, se já não é mais tão totalitário, ainda é

cruel e opressivo. Sua falsidade foi totalmente revelada na crise da Aids no país. O problema é mais grave na Província de Henan, onde um número incalculável de camponeses pobres contraiu a doença na década de 1980 depois de venderem o plasma de seu sangue – em um processo que envolve a sua retirada, a mistura com outros tipos de sangue e, após a extração do plasma, o sangue era injetado novamente nos doadores. A China não fez os testes de HIV e terminou infectando os doadores ao devolver-lhes o sangue contaminado. Centenas de milhares já morreram.

O que eu vi em Nandawu, com 3.500 habitantes, vai ficar comigo para sempre. A doença atinge pelo menos 80% das famílias. Em toda casa que entramos havia um moribundo deitado. A maioria dos doentes não tem remédio. Uma mulher tinha posto um líquido num frasco de soro e injetado na veia de seu marido, preso à cama havia mais de dois anos e coberto de feridas. O que era o líquido? Ela não sabia. Por que estava fazendo isso? “Vi no hospital e na

¹ Transcrito de MídiaSemMáscara. Publicado pelo *Diário do Comércio* em 27/04/2007.

* O autor é jornalista.

TV que as pessoas doentes têm de estar ligadas a um frasco como esse.”

A migração das zonas rurais pode ser uma saída, mas não é fácil encontrar um trabalho permanente na cidade. Exigem-se todos os tipos de licença, e a única forma de consegui-la é subornar burocratas. Multidões de migrantes – e a China tem atualmente 200 milhões deles – se mudam de um canteiro de obras para outro, recebendo uma pequena ração, no máximo. Geralmente, os migrantes não ganham permissão para trazer suas famílias para viver com eles e, mesmo que pudessem, conseguir acomodação e educação para as crianças seria praticamente impossível.

O destino dos cidadãos chineses frequentemente depende de onde eles estão. Alguém nascido em Xangai é considerado um aristocrata e tem o direito de morar e estudar em Xangai. Alguém que nasceu numa aldeia, porém, apenas pode ir à escola da aldeia, até que uma universidade o admita numa rara facanha para um camponês. Um acadêmico norte-americano, Feiling Wang, foi para a China estudar esse sistema de discriminação, que poucos no Ocidente conhecem, mas o Governo o expulsou.

Os moradores das aldeias várias vezes me disseram que não era o secretário local do PC quem eles mais odiavam, mas sim os agentes do planejamento familiar que fiscalizam a política de um filho por casal, frequentemente sujeitando mulheres a violências terríveis. A política de um filho não é só monstruosa, ela está provocando um aumento da fatia da população idosa, que precisa cada vez mais de cuidados – um problema que um país pobre como a China não está preparado para lidar.

O frenético crescimento econômico do país vai acabar com o descontentamento? Não, de acordo com o respeitado economista Mao

Yushi, sob prisão domiciliar por solicitar que o Governo se desculpassem pelo massacre da Praça da Paz Celestial, de 1989. Ele não confia nas informações do PC sobre uma taxa de crescimento anual de 10% – e por que deveria acreditar em estatísticas oficiais quando o partido mente tanto sobre tudo? Fazendo seus próprios cálculos, ele chega à taxa de aproximadamente 8% por ano, forte, mas não “milagrosa”, como alguns no Ocidente a descrevem.

Além disso, ele acredita que a atual taxa de crescimento não é sustentável. Os gargalos naturais de falta de energia, de matéria-prima e, especialmente, de água vão prejudicar o caminho. Segundo Mao, há também o fato de que as decisões sobre investimentos frequentemente obedecem a considerações políticas em vez de questões de mercado, o que ajudou a levar a taxa de desemprego a algo próximo dos 20%. Oficialmente ela está em 3,5%.

Muitos no Ocidente acreditam que o crescimento chinês criou uma classe média independente que vai pressionar por mais liberdades políticas. Mas o que existe na China, explica Mao, não é uma classe média tradicional, mas uma classe de novos ricos, recém-chegados que trabalham nas Forças Armadas, na administração pública, em empresas estatais ou em firmas aparentemente privadas, mas que de fato pertencem ao partido.

O PC põe na conta dessas empresas a maior parte dos gastos com telefones celulares, gastos com restaurantes, viagens “de estudo” ao exterior, carros de luxo importados e enormes despesas nos cassinos de Las Vegas. E ele pode aproveitar essas vantagens a qualquer momento. Em março, a China anunciou que iria introduzir direitos de propriedade individual para os novos ricos (mas não para os camponeses). Eles poderão passar para seus filhos o que conquistaram – outra razão pela qual é improvável

que pressionam pela democratização de um regime que lhes assegura seu *status*.

Como a economia chinesa precisa desesperadamente dos consumidores e investidores do Ocidente, os responsáveis pela imagem do país fazem tudo o que podem para seduzir os analistas estrangeiros. "Você vai ousar negar a história de sucesso da China, sua estabilidade social, crescimento econômico, renascimento cultural e moderação internacional?", perguntou-me em Paris um acadêmico subsidiado pelo partido. Respondi que a opressão política e religiosa, a censura, a pobreza rural endêmica, os excessos do planejamento familiar e uma corrupção desenfreada são tão reais quanto o

crescimento econômico na China atual. "O que você está dizendo é verdade, mas afeta apenas uma minoria ainda não beneficiada pelas reformas", insiste.

Não há nada que garanta que essa chamada "minoria" – 1 bilhão de pessoas – vai se integrar com a China moderna. Também é possível que ela continue pobre, já que não se diz nada sobre como determinar seu futuro, mesmo que os membros do partido fiquem mais ricos. O pesquisador enfatiza minha idéia fundamental: "Você não tem nenhuma confiança na habilidade do partido em solucionar essas questões pertinentes que você destacou?" É isso, eu não tenho. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

Cecil Woodham-Smith

A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA



Biblioteca do Exército Editora

A Carga da Brigada Ligeira

Cecil Woodham-Smith

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. *A Carga da Brigada Ligeira*, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.

Operações Baseadas em Efeitos (EBO): realidade ou engodo?¹

Tacarijé Thomé de Paula Filho*

Recentemente, apareceram alguns artigos em revistas militares tratando das Operações Baseadas em Efeitos (*Effects Based Operations* – EBO), paradigma não tão recente do planejamento estratégico-militar. Sun Tzu, Napoleão, Clausewitz sugeriam esse conceito em suas formulações, pouco lidas, ou eventualmente esquecidas por alguns estrategistas modernos. O que surpreende é o fato desse assunto estar na ordem do dia das discussões sobre o planejamento estratégico nos EUA, ora com opiniões a favor, ora contra a EBO. O Ten Cel Hunerwaldel² destaca as idas e vindas do pensamento estratégico norte-americano, defendendo a EBO num artigo bastante esclarecedor publicado recentemente.

O referido autor destaca a importância de se estar preparado para as consequências indesejadas de uma operação militar. Mais do que indesejadas, tais consequências são de difícil antecipação. Geralmente, são pouco previsíveis, decorrendo de movimentos e tendências insuspeitados existentes num sistema complexo, no qual as concatenações causais não sugerem uma proporcionalidade entre suas intensidades e os resultados obtidos.

O Ten Cel Hunerwaldel defende sua idéia de EBO, a partir de uma visão baseada no conceito de *complexidade*, o qual está situado em

oposição ao *pensamento linear*, que reduz a realidade a um mero recorte, desconsiderando outras possibilidades. O filósofo francês Edgar Morin é um dos mais importantes divulgadores do conceito *complexidade*, característica fundamental dos sistemas psico-sócio-culturais. Ele assim se refere sobre a estratégia e sua relação com a *complexidade*:

*“A complexidade atrai a estratégia. Só a estratégia permite avançar no incerto e no aleatório. A arte da guerra é estratégica porque é uma arte difícil que deve responder não só à incerteza dos movimentos do inimigo, mas também à incerteza sobre o que o inimigo pensa, incluindo o que ele pensa que nós pensamos. A estratégia é a arte de utilizar informações que aparecem na ação, de integrá-las, de formular esquemas de ação e de estar apto para reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza”.*³

Desde sempre, soube-se que os aspectos militares, políticos, econômicos e psicossociais deveriam estar presentes nas considerações estratégicas, marcando a definição de cenários e a escolha de objetivos. Introduzir considerações teóricas sobre a *complexidade* provavelmente reforça o argumento sobre a incerteza da guerra, contudo, não sugere um rumo seguro para o planejamento estratégico, nem

¹ Colaboração do autor.

* O autor é coronel-aviador, mestre em Ciências Aeroespaciais.

² *Air & Space Power Journal* em Português, abril de 2006.

³ MORIN, E. *Ciência com consciência*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 101 e 192.

tranqüiliza quem decide sobre as indicações de seus assessores. Este é o argumento dos grupos que criticam a EBO, acusando-a de modernismo sem densidade.

Quando se percorre o discurso favorável à EBO, descobre-se alguns aspectos muito interessantes, que, talvez, não tenham sido alcançados por seus opositores em suas considerações. Refiro-me aos efeitos simbólicos de uma ação intencional, como a estratégica. Como se sabe, os efeitos de uma ação nem sempre correspondem à intenção daquele que age sobre a realidade. As percepções de quem sofre a ação e as dos seus possíveis observadores tendem a não se confundir entre si, nem com a intenção daquele que age, mesmo que estejam tratando do efeito físico da ação e sua relação com o planejamento global.

A invasão do Iraque é um exemplo de ação militar já bastante explorado, no qual curdos, iraquianos sunitas e iraquianos xiitas percebem a situação segundo pontos de vista quase sempre conflitantes entre si e com a intenção norte-americana. Um outro exemplo pode ser visto nas relações econômicas entre o Brasil e a Bolívia, nas quais o jogo de opiniões entre os bolivianos que vivem nas montanhas não se confunde com aqueles que vivem nas regiões baixas; isto é, não há uma unidade simbólica boliviana, que interprete as relações com o Brasil do mesmo modo, ou mesmo a situação interna da Bolívia. Além dos naturais interesses de cada um desses grupos, há conflitos entre as heranças culturais indígena, espanhola e portuguesa, produzindo visões de mundo diferentes a reverberar sobre a unidade boliviana e sobre as relações entre a Bolívia e o Brasil.

Portanto, todo cuidado é pouco com a *complexidade* das relações internacionais.

Reafirmando, numa ação estratégica, além de um efeito físico, objetivo, há um efeito simbólico, subjetivo, fruto da interpretação de cada um dos envolvidos nesta ação. A questão, que se coloca agora, dirige-se à possibilidade de existência de um recurso, que ajude na antecipação de possíveis percepções sobre um acontecimento fruto de uma ação intencional.

O Dr. Alexandre Sérgio da Rocha escreveu um artigo no qual defende a estreita relação entre a EBO e a pragmática. Na verdade, situada no cerne da complexidade, a pragmática fundamenta teoricamente a tese dos efeitos simbólicos existentes na EBO. A pragmática pretende estudar os signos⁴ e sua relação com o seu uso concreto pelos falantes de uma língua. Vários lingüistas trabalharam esse tema, e, mais recentemente, Charles Morris propôs uma teoria geral dos signos que, além de uma sintaxe (estudo da relação dos signos entre si) e de uma semântica (estudo da relação entre os signos e a realidade a qual se referem), incorporaria uma pragmática (estudo dos signos em relação ao seu uso concreto).

Filosoficamente, de modo geral, a EBO é um conceito fundado no pragmatismo. Essa visão de mundo considera que devemos dar mais importância às conseqüências e efeitos da ação do que aos seus princípios e pressupostos. Nele, o critério de verdade deve ser encontrado nos efeitos e conseqüências de uma idéia, isto é, sua validade está nos resultados obtidos.⁵ Esse é um paradigma que entra em choque com as leituras filosóficas da realidade, cujo foco esteja nos princípios e pressupostos, difi-

⁴ Signo representa uma realidade, não sendo sua tradução literal, sua fotografia. Seu significado é sempre em função do contexto de uso. O mesmo que símbolo de linguagem.

⁵ JUIASSU, H; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

cultando assim um acordo sobre o conceito de verdade e sobre possíveis visões do presente e do futuro. Esta última pressupõe a coincidência entre a intenção do agente e o enquadramento formulado pelos atores, anulando imaginariamente o efeito da *complexidade*.

Esse conflito está no âmago das discussões entre os teóricos da estratégia nos EUA, parecendo reproduzir os embates filosóficos ocorridos na “Grécia pré-socrática” (500 a.C.) entre um Heráclito, defendendo o efeito vir-a-ser, fruto da interação entre os opostos, e um Parmênides contrapondo-se, afirmando que o ser o anula. São fantasmas que ainda rondam nosso inconsciente.

As leituras do futuro dependem do desejo e do interesse de quem as faz. Inconscientemente, o desejo molda o interesse que, por sua vez, escolhe uma das faces do prisma da realidade, para interpretá-la. Ser ou não ser... Cada um parte de alguns referenciais específicos fundados em relevâncias motivacionais, que o Dr. Alexandre chamou de enquadramentos, reduzindo-se, assim, a complexidade da realidade a um de seus vários ângulos.

Contudo, a *complexidade* oferece algumas ferramentas úteis ao analista:

“Segundo Goffman, para compreender-se a realidade aparente, é preciso decompô-la em enquadramentos superpostos, cada um iluminado por interesses diferentes e cuja superposição cria um desenho contemplado como realidade – complexa, com elementos de fronteiras pouco nítidas e muitas vezes contraditórias. Para compreender o que acontece, precisamos separar esses enquadramentos para restaurar a lógica intrínseca de cada um deles (que pode estar em contradição com a lógica própria a algum outro enquadramento). Con-

*tudo, é preciso ter consciência de que, sozinho, nenhum desses enquadramentos representa a realidade; assim, não nos podemos livrar dos enquadramentos.”*⁶

Em oposição, o *pensamento linear*, ao escolher um único ser, tende a se descartar dos demais ângulos da realidade, ou modos de ser, simplificando ou reduzindo o universo avaliado. A *complexidade* pretende intermediar essa tendência ao reducionismo, estruturando um quebra-cabeça cujas peças são as diferentes visões, que, afinal, reduzem a realidade a um de seus ângulos. Nessa abordagem, à medida que se admite que as coisas da realidade estão interligadas como numa rede, o pragmatismo é superado, assim como o idealismo defensor dos princípios e pressupostos, unindo-se a intenção do estrategista aos efeitos simbólicos da ação.

Evidencia-se, assim, que a construção de cenários não obedece a um fundamento único, facilmente apreendido, e que possa pairar sobre as mentes dos estrategistas. Filosofia, Psicologia e Antropologia entrelaçam-se numa rede, na qual a posição subjetiva do estrategista o leva a escolher uma visão de mundo e a sustentar o porquê de suas deduções e interpretações. Um analista identificado com os interesses do grupo político que está no poder interpretará um acontecimento de modo diferente de um outro identificado com a oposição, à medida que escolherá um ângulo situacional que mais o favoreça. Portanto, desejo, interesse, fundamentação teórica, cenários, sentido das ações, resultados esperados compõem o que se chamou no referido artigo de enquadramento.

O que tranquiliza ao neófito é o fato de que cada visão de mundo, isto é, cada enquadramento, ter sido extraída de uma situação particular, que, de forma reducionista, validou o paradigma escolhido pelo analista seduzido pelo unívoco. A Física talvez sirva como exemplo

⁶ *Air & Space Power Journal* em Português, dezembro de 2005.

para esses aventados embates filosóficos, nos quais cada um trata a realidade segundo princípios e pressupostos particularíssimos, surpreendendo o analista distante da *complexidade* com efeitos, ou conseqüências indesejadas e inesperadas. Nesta ciência, a Física Quântica, a Física da Relatividade e a Física da Atração Universal convivem em paz, apesar de suas diferentes “verdades” situacionais, ou explicações sobre a realidade a partir de um de seus ângulos específicos. O que a Física hoje pretende é descobrir uma linguagem, que descreva esses diferentes “enquadramentos” da realidade, a partir de uma mesma “gramática”.

De qualquer modo, as questões subjetivas criam um ambiente de análise estratégica extremamente complexo, à medida que as interpretações da realidade variam de acordo com o enquadramento. O Dr. Alexandre assim se expressa sobre a alternância de paradigmas, que sustentam princípios e pressupostos:

“Contudo, se alguém planeja uma aplicação de poder, deve ter algum conhecimento a respeito de como as coisas acontecem. Como esse conhecimento é por natureza teórico, é preciso que ele seja validado pela experiência real. Teorias boas e bem estabelecidas permitem-nos calcular os efeitos de algumas ações em um universo ideal que desconsidera todas as influências que a teoria não leve em conta. Nas ciências físicas, este tratamento revela-se frequentemente bem-sucedido. Contudo, a probabilidade de êxito diminui quando se trata de ações humanas que afetam pessoas.”⁷

Ao se falar de humanos, estamos falando de linguagem, de cultura. Com a inserção da pragmática, desmorona-se um mundo de certezas decorrentes da análise do texto sem refe-

rência ao contexto. Esse relativismo assusta e surpreende aos analistas ainda apegados às convicções ideológicas de todos os matizes, nas quais princípios e pressupostos garantem supostamente altas probabilidades para as conseqüências desejadas para as ações. Esse paradigma funciona de forma transcendental, situando-se aquém e além das circunstâncias, determinando presentes e futuros ideais. Transcendental aqui não se referindo especificamente ao Divino, mas ao ideal imaginário que eventualmente antecede às ações, dando-lhes uma roupagem “sacralizada”.

Seguindo o rastro da tese do *enquadramento* apresentada acima, reforçada pela imagem das contradições entre os pensamentos de Heráclito e Parmênides, é possível dizer-se que a Filosofia não é um campo neutro do conhecimento. Filósofos como Deleuze e Guatarri chegam a afirmar, de um modo quase contundente, que os embates filosóficos não contribuem em nada para a Filosofia, pois, “(...) o mínimo que se pode dizer é que eles não fariam avançar o trabalho, já que os interlocutores nunca falam da mesma coisa”.⁸ O interessante da afirmação situa-se no fato de as críticas que um filósofo faria a um outro partirem de pressupostos diferentes, impedindo o entendimento recíproco.

Assim, esses autores sustentam um impedimento ao que chamaram de conversação democrática universal. Na verdade, esse aventado impedimento serve para explicitar nosso argumento sobre as discussões acerca da EBO:

Nada é menos exato e, quando um filósofo critica um outro, é a partir de problemas e de um plano que não eram aquele do outro, e que fazem fundir antigos conceitos, como se pode fundir um canhão para fabricar a partir

⁷ *Air & Space Power Journal* em Português, dezembro de 2005.

⁸ DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 41.

*dele novas armas. Não estamos nunca sobre um mesmo plano. Criticar é somente constatar que um conceito se esvaece, perde seus componentes ou adquire outros novos que o transformam, quando é mergulhado em um novo meio.*⁹

A compreensão dessa afirmação está na concepção da existência de planos, sobre os quais o discurso é distribuído. Assim, o filósofo medita sobre o plano transcendente e o plano imanente, procurando situar a criação de novos conceitos no plano de imanência, sempre com o cuidado de não referi-lo a outro plano de imanência, já que, neste caso, seria transportado para um plano de transcendência. Neste, o ideal estaria situado anteriormente às intenções e às avaliações do analista, moldando sua percepção da realidade.

O plano de transcendência elimina a singularidade do contexto, reduzindo as interpretações à monotonia do mesmo, independentemente do fluir dos acontecimentos. Num enfoque transcendente, as causas dos acontecimentos são reduzidas a algumas “verdades”, que encobrem a historicidade da relação existente entre os elementos do sistema psico-sócio-cultural, impossibilitando o surgimento de novas “regras para o jogo da vida”. De um outro modo, o plano de imanência limita-se ao contexto observado e a sua singularidade, obrigando ao analista a buscar os motivos dos efeitos observados, isto é, o motivo das consequências simbólicas das ações, na relação atual entre os elementos do sistema psico-sócio-cultural onde elas ocorrem.

Portanto, o guarda-chuva da Filosofia não seria suficiente para evitar os “respingos” do contraditório, à medida que os próprios filósofos não se entendem. O mesmo diríamos da Psicologia e da Antropologia, nas quais, por

exemplo, a visão estruturalista da cultura singularizou o bem e o mal, demonstrando que o conflito seria entre o bom e o bem, não entre o bem e o mal. Muitas vezes, o que é considerado bom pela sensação individual, ou o que guarda em si uma expectativa de prazer, pode ser considerado um mal pelas regras da cultura, nas quais a religião tem enorme influência.

O pensamento ocidental foi grandemente influenciado pela filosofia de Platão, na qual o mundo das idéias seria anterior a tudo, cabendo-nos produzir cópias, ou simulacros desta realidade. A expectativa da existência de um ideal anterior às ações povoa os sonhos e os pesadelos do homem ocidental até hoje. O ideal tem sido alimento das religiões e das ideologias, por motivos diferentes, mas, com o mesmo resultado: Iraque, Irlanda, Palestina, Líbano, Turquia, Iugoslávia e tantos outros exemplos espalhados pelos séculos da história deste lado do mundo o comprovam.

No Oriente, basta lembrarmos o que se passa na Índia, na China, no Paquistão, na Indonésia, na Tailândia e com outros povos menos populosos. Portanto, a questão que se coloca é que Platão pode não ser causa do modo ocidental de pensar. Talvez seja uma consequência do modo de ser idealizado, no qual o plano de transcendência domina o plano de imanência. Um estrategista platônico seria dogmático, acreditaria que sua percepção ao ser alimentada pelo bem produziria cópias da realidade, quando não produziria simulacros. Para ele, seria possível conhecer a realidade inteiramente, reproduzi-la em sua mente como num espelho, falar e pensar sobre ela identicamente a todos que produzissem cópias. Seria possível replicar a mesma realidade sempre que se desejasse, afirmando ser científico o que pudesse ser reproduzido sob controle ao se dominar as causas do fenômeno e as condições da

⁹ Ibid, 1993, p. 41.

experiência. Bem, Heráclito dizia que “nunca se pesca duas vezes no mesmo rio...”

Em oposição, a pragmática está no bojo da idéia de *complexidade*, na qual o provável vai perdendo sua nitidez, à medida que a sucessão dos acontecimentos se afasta da origem do movimento, isto é, da ação inicial do movimento sistêmico próprio da realidade subjetiva. A *complexidade* está em oposição à ingenuidade que acredita na possibilidade de se reconhecer a realidade física integralmente na realidade simbólica. A relação entre essas duas realidades é apenas de sentido, isto é, o que uma realidade física quer dizer para determinado grupo psicossócio-cultural. Estamos, assim, diante da singularidade dos sentidos a criar complexidade nos planejamentos estratégicos.

Paradoxalmente, a pragmática pode ajudar ao analista, ou pode, definitivamente, criar as condições favoráveis ao mal-entendido. Percorrendo seus caminhos, os próprios filósofos entram em conflito ao discuti-la. Parece uma compulsão à repetição, como diria Freud. Para se ter uma idéia, alguns admitem que a pragmática impede o pensamento crítico, à medida que este depende de parâmetros de validade supracontextual, a partir dos quais se julgará o contexto.¹⁰ Esse fato parece confirmar as afirmações de Deleuze sobre o conflito entre um plano de transcendência *versus* um de imanência.

A ingenuidade de alguns está no fato de a crítica ser considerada a partir de verdades absolutas, nas quais não está considerada a possibilidade de alternativas. De um outro lado da polêmica, Danilo Marcondes, filósofo brasileiro, assim se refere ao assunto ao defender a pragmática:

“A crítica pode ser exercida assim não necessariamente com base em uma verdade que

fundamenta seus parâmetros, mas como um movimento reflexivo do pensamento, ou seja, como auto-exame, e também como exame de alternativas, no sentido do contraste entre posições e procedimentos adotados em um determinado momento ou contexto e outras possibilidades, reais, hipotéticas a serem adotadas e experimentadas.”¹¹

Mais à frente, em seu texto, esse autor aventava a possibilidade de uma relatividade sem relativismo; de um significado sem que qualquer palavra signifique qualquer coisa; um questionamento à concepção realista da ciência, sem inviabilizar a coisa; a uma recusa do caráter absoluto da ética, sem abrir mão da ética. Isto é *complexidade*. Isto é o que viabiliza pensar que, na Bolívia, o bem comum desliza seu significado ao descer da montanha, assim como acontece no Iraque próximo à Turquia, quando este bem troca de vestimenta ao se afastar do Iraque próximo ao Irã.

Acreditamos que as discussões entre os estrategistas norte-americanos derivam da posição subjetiva dos diferentes sujeitos diante da realidade, tal como procuramos mostrar neste artigo. Provavelmente, o mesmo pode estar ocorrendo com pensadores brasileiros da estratégia. O cuidado é que, se Platão foi iludido pelo ideal do mundo das idéias, também nós, sujeitos comuns, podemos sê-lo. Se pensarmos numa ação estratégica, a ilusão de sabermos a verdade será um contrato com a derrota, embora, paradoxalmente, a complexidade da EBO não garanta a vitória.

Finalizando, gostaríamos de fazer uma reflexão:

“A verdade absoluta está nos designios de Deus. Tais designios nos são totalmente desconhecidos. Se os conhecessemos, diante da certeza, perderíamos a fé.”



¹⁰ MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a Pragmática. In ALCEU, v. I – n. I – p. 38 a 46 – jul/dez 2000.

¹¹ Ibid, p. 44.

Direito Internacional Humanitário e Operações de Paz: interação entre os militares e as Organizações de Assistência Humanitária

Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti

RESUMO

O artigo analisa os possíveis óbices às relações entre civis e militares nas operações de paz. Procura definir o arcabouço jurídico que respaldaria tais operações, destacando-se sua importância e necessidade. Aborda as Organizações de Assistência Humanitária (OAHs) que são classificadas e conceituadas de acordo com seus objetivos e vínculos, como aquelas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), às Organizações Não-Governamentais (ONGs) e ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Quanto aos militares, destaca o Civil-Military Center (Cimic) ou Civil-Military Operation Center (CMOC), estrutura planejada para coordenar as relações entre civis e militares em operações de paz. Apresenta as diferenças doutrinárias importantes entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e os Estados Unidos da América (EUA) e ensinamentos colhidos nas operações do Timor Leste, Haiti e outras. Conclui, ressaltando que medidas seriam necessárias para a superação dos óbices levantados nas relações dos civis com os militares nessas operações.

PALAVRAS-CHAVE

Operações de paz; relações entre civis e militares.

Introdução

Em um cenário de conflito armado, podemos identificar alguns atores importantes com papéis específicos a desempenhar. No caso de um conflito armado internacional, tropas de Estados-Nação se enfrentam. Em um conflito armado não-internacional, tropas regulares combatem facções de insurretos, ou gru-

pos armados combatem entre si. Pode-se destacar, também, as OAHs que se estabelecem com o objetivo de diminuir o sofrimento humano. A comunidade internacional pode intervir em ambos os casos, normalmente diante de uma catástrofe humanitária ou crise política, e, entre as formas de se legitimar intervenções deste tipo, destacam-se as chamadas operações de paz, quer sob a égide da ONU

* Tenente-Coronel da reserva.

ou de organismos regionais, que, de acordo com Archer (2004), podem classificar-se como criação da paz, manutenção da paz e imposição da paz. O arcabouço jurídico do Direito Internacional Humanitário (DIH) e dos Direitos Humanos, com ênfase para as convenções de Genebra e seus protocolos adicionais e a Carta das Nações Unidas, procura normatizar as diferentes formas de interação surgidas neste ambiente desordenado e, de forma cada vez mais freqüente, de completa falência institucional.

Parece claro que a comunidade das OAHs é extremamente diversa. Variados tipos de estruturas organizacionais, origens e dimensões de recursos (financeiros, materiais e de pessoal), laços de nacionalidade, acesso e uso de tecnologia, objetivos de trabalho e treinamento inadequado podem dificultar o relacionamento com os militares. Da mesma forma, diferentes níveis de adestramento e tipos de doutrina das forças militares a serviço da ONU em suas operações de paz podem ter o mesmo efeito.

Durante e logo após uma emergência complexa, a situação da segurança pode ser tão volátil que o pessoal militar tenha de providenciar assistência humanitária de emergência para os civis. Mesmo durante essas circunstâncias, a interdependência civil-militar é necessária. A principal responsabilidade das forças militares é estabelecer e manter um ambiente seguro e estável. Uma vez cumprida essa tarefa, o pessoal humanitário civil pode prestar assistência à população afetada, satisfazendo as suas necessidades essenciais e ajudando na reconstrução de sua sociedade. Esses papéis de civis e militares, apesar de diferentes, são extremamente interdependentes (cf. ALMEIDA, 2003).

Este trabalho se concentrará na identificação e análise de óbices que afetariam as relações civis-militares em operações de paz da

ONU. Assim, contribuiria para a realização de um esforço coordenado e eficiente entre as agências civis e as forças militares, tarefa essencial no enfrentamento de emergências complexas.

As operações de paz

Conforme estabelecido no Artigo I da Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945, na cidade de São Francisco, EUA, a ONU tem como um dos seus propósitos básicos:

“Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.”

As operações de paz, apesar de não previstas na carta da organização, passaram a ser encaradas como instrumento para a pacificação de conflitos no âmbito interno dos Estados ou entre Estados. Entretanto, os capítulos VI, VII e VIII da Carta da ONU proporcionam instruções específicas para a solução de disputas internacionais, ameaças à paz, perturbações da paz e atos de agressão, incluindo ações orientadas para os partidos envolvidos e adoção de medidas que visam à solução pacífica de disputas locais.

O Direito Internacional Humanitário e as Operações de Paz

Segundo Cherem (2004), as ações dos militares em operações de paz (manutenção da paz e imposição da paz) estão previstas nos capítulos VI e VII, respectivamente, da Carta da ONU. As dúvidas sobre esta questão são objeto de estudo da própria ONU e do CICV. Não é simples discutir a aplicabilidade do DIH para essas forças, chamadas de paz. A aplica-

ção ou não do DIH pelas forças de paz da ONU, principalmente na imposição da paz, é de suma importância no universo do reconhecimento das normas humanitárias. Seria uma falácia afirmar que, por ser uma organização internacional, e não um Estado-Nação, a ONU não estaria sujeita às convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais de 1977, uma vez que existem tropas armadas aptas para o combate sob sua responsabilidade.

As operações para imposição da paz, como o próprio já identifica, usam a força de forma coercitiva. Outra característica importante é que nem sempre será necessário consentimento de todas as partes envolvidas no conflito, como na Somália.¹ Sobre a necessidade de consentimento das partes, em relação à utilização do Capítulo VII da Carta da ONU, Rodrigues coloca:

“O empreendimento de ações com caráter coercitivo, baseadas no Capítulo VII, desvincula as operações de manutenção da paz da necessidade do consentimento. O requerimento considerado mais importante para as forças de paz é a permissão do governo do país onde a operação vai ser implementada e das partes envolvidas na crise. O consentimento de todas as partes é a garantia de que a missão não foi estabelecida em benefício de uma facção e de que não constitui uma atividade intervencionista das potências do Conselho de Segurança. Tanto a doutrina britânica quanto o Manual do Exército Norte-Americano identificam o consentimento como crucial às operações de manutenção de paz. Mas, doutrina e manuais não são a mesma

*coisa que decisões tomadas por governos sob pressão política. Os mesmos governos que elaboraram esses conceitos também lideraram a operação da Otan contra os sérvios bósnios e outras medidas coercitivas.”*²

Consigli e Valladares argumentam que a ONU está vinculada às normas do DIH pelo caráter consuetudinário, uma vez que estas normas são do conhecimento de toda a comunidade internacional.³

Ainda segundo Cherem (2004), a própria ONU se comprometeu a respeitar as normas do DIH previstas nas convenções de Genebra e seus protocolos adicionais, mas ainda não existe um consenso sobre se as forças da ONU devem se submeter às normas do DIH. Enfatiza também que, quando os Estados são signatários das convenções de 1949, seria lógico deduzir que os militares destes Estados conhecem as normas de Genebra e suas implicações no que diz respeito à violação destas normas e que poderão ser julgados por tribunais nacionais se isto acontecer.

As quatro convenções de Genebra de 1949 são aplicáveis aos conflitos armados internacionais. Elas estipulam que civis e aqueles que já não estejam tomando parte nas hostilidades, como os feridos ou combatentes capturados, devem ser respeitados. No Artigo 9 da Primeira, Segunda e Terceira convenções e no Artigo 10 da Quarta Convenção, reconhece-se o papel do CICV como iniciador do Direito Humanitário contemporâneo e no alívio do sofrimento humano. Além disso, o Artigo 3, comum a todas as quatro convenções, autoriza o CICV a oferecer os seus serviços no caso de um conflito

¹ Ver CHEREM (2004).

² Idem RODRIGUES, Simone Martins. Segurança internacional e direitos humanos, p.54.

³ CONSIGLI, José Alejandro; VALLADARES, Gabriel Pablo. “Las operaciones de mantenimiento de la paz y el derecho internacional humanitario.” Disponível em www.icrc.org.

to armado não-internacional e concede uma proteção mínima para as vítimas de tais situações.⁴ Além das quatro convenções citadas acima, o Protocolo Adicional I acrescentou regras para a proteção da população civil. Um título inteiro do Protocolo I aborda este assunto.

O Protocolo II completa o Artigo 3 comum às convenções de Genebra no que tange aos conflitos armados não-internacionais. Uma crítica à sua aplicação é que se restringe a conflitos armados não-internacionais com intensidade e duração específicas.⁵

Conforme Mazzuoli (2004), o termo ONGs é usado no Artigo 71 da Carta da ONU. As ONGs podem ter mandato ou não. As ONGs com mandato são oficialmente reconhecidas pela organização internacional líder em uma crise. As ONGs sem mandato operam como entidades privadas e não possuem qualquer reconhecimento oficial.

Para responder-se a questão de que as OAHs e os militares em operações de paz se enquadrariam no conceito de sujeito de Direito Internacional Público, pode-se abordar Mazzuoli (2004), o qual esclarece que os Estados não são mais os únicos sujeitos de Direito Internacional Público. Na atualidade, o Direito Internacional vai além do conceito das relações estatais. Abrange, além da conduta dos Estados, as organizações internacionais, as relações entre estas organizações e os Estados e as relações com as pessoas físicas e jurídicas. Assim, pode-se considerar sujeitos de Direito Internacional público, além dos Estados soberanos, as organizações internacionais intergovernamentais. A ONU se enquadraria neste conceito de organização internacional e com poder para celebrar tratados regidos pelo Direito Internacional.

Assim, os capítulos VI e VII da Carta da ONU enquadram suas forças militares atuando em *peacekeeping* e *peaceenforcement*.

As quatro convenções de Genebra de 1949, que são aplicáveis aos conflitos armados internacionais, reconhecem o papel do CICV como iniciador do Direito Humanitário contemporâneo e no alívio do sofrimento humano.

O Artigo 3, comum a todas as quatro convenções de Genebra, autoriza o CICV a oferecer os seus serviços no caso de um conflito armado não-internacional.

As ONGs com mandato são oficialmente reconhecidas pela organização internacional líder em uma crise. As ONGs sem mandato operam como entidades privadas e não possuem qualquer reconhecimento oficial.

Os protocolos adicionais às convenções de Genebra cobriram lacunas existentes na proteção da população civil e indefesos.

Com respeito às forças militares que atuam em operações de paz, acredita-se que, como sugere Mazzuoli (2004), se a ONU é considerada sujeito de Direito Internacional Público, tropas sob sua jurisdição também o seriam. O CICV, como Organização Internacional, e as ONGs com mandato se enquadrariam neste mesmo conceito. As ONGs sem mandato teriam mais dificuldades para serem classificadas como tal.

Uma clara definição jurídica, que seja capaz de estabelecer parâmetros de comportamento para todos os envolvidos em uma operação de paz, parece ser de fundamental importância para o sucesso desta operação. Conseqüentemente, o desconhecimento ou dúvidas interpretações de tais normas legais podem contribuir decisivamente para o seu fracasso.

⁴ Ver <http://www.icrc.org>

⁵ Ver BORY, Françoise. "Gênese e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário". Disponível em: www.icrc.org.

As organizações de assistência humanitária, os militares e as complexas emergências humanitárias

Algumas complexas emergências humanitárias com as quais os militares e as OAHs têm se confrontado em anos recentes, tais como Somália, Bosnia-Herzegovina, Kosovo e região dos Grandes Lagos na África, por exemplo, alertam para uma importante mudança de visão. Torna-se cada vez menos freqüente a presença de forças militares ocupando *zonas tampão* entre dois Estados beligerantes, com um acordo de paz assinado entre as partes e um mandato da ONU assegurando a fiscalização de um cessar-fogo,⁶ onde a reação armada por parte da tropa seria legal somente em caso de auto-defesa. Estas características sintetizam, em linhas gerais, a atuação de forças militares em um conflito armado internacional. Nos exemplos citados acima, os conflitos caracterizaram-se por serem não-internacionais e trouxeram duras lições para os envolvidos. Táticas de guerrilha, difícil distinção entre guerrilheiros e a população civil, zonas de combate sem limites definidos foram novos desafios que se apresentaram. A grande questão que se coloca é se existem circunstâncias que justifiquem a mudança de comportamento das forças militares no terreno. Deveriam elas substituir as ações humanitárias por ações militares que teriam o objetivo de impor a paz, com a justificativa de que, agindo assim, poderiam proteger mais vidas? A resposta afirmativa para esta pergunta redundaria em uma série de medidas que afetariam as estruturas militares no terreno e, conseqüentemente, as relações civis militares. Para impor a paz, a tropa estaria mais

próxima de seu emprego tradicional em operações militares. A sua atitude seria mais ativa do que passiva e, conseqüentemente, estaria mais sujeita a erros que poderiam redundar em baixas de civis inocentes. Assim, os Civil-Military Center (Cimic)/Civil-Military Operation Center (CMOC)⁷ estariam sujeitos a um intenso trabalho para tentar minorar o impacto negativo destas ações junto à população local. O grande desafio seria a rapidez com que o auxílio poderia chegar para atender aos atingidos e isto implicaria uma mudança de atitude e agilidade, aumentando de importância os aspectos de coordenação e controle e também da descentralização. Estruturas mais centralizadas normalmente são mais lentas. As OAHs passariam pela mesma mudança de atitude para continuar com o apoio humanitário. Sob o ponto de vista do CICV,⁸ ações humanitárias devem ser mantidas, em quaisquer circunstâncias, claramente diferenciadas das ações políticas e militares, com o objetivo de serem aceitas por todas as partes do conflito. Isto significa que as OAHs e os militares precisariam, ainda mais, estreitar seus laços de parceria para que ambos pudessem cumprir suas distintas missões. A conseqüência imediata seria uma valorização dos Cimic/CMOC e um apoio mais cerrado de todos os escalões para suprir as necessidades desses centros.

Histórico das OAHs – características, estruturas e operacionalidade

Existem três tipos principais de Organizações de Assistência Humanitária: Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Agências Doadoras Governamentais Nacionais e Internacionais.

⁶ Ver Bhatia (2003).

⁷ A Otan e a União Européia adotam o termo Cimic. Os EUA, mesmo sendo um membro da Otan, utilizam o CMOC.

⁸ "NATO and the ICRC: A partnership serving the victims of armed conflicts", www.nato.int/docu/review/webedition, nº 3, mai/jun 1997.

Um outro grupo de agências merece destaque: Agências de Desenvolvimento Civil e Agências de Democratização e Direitos Humanos.⁹

As Organizações Internacionais são estabelecidas por acordos intergovernamentais e operam no nível internacional como várias organizações da ONU e da Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). As principais organizações da ONU, que estão mais envolvidas na assistência humanitária, são: Alto Comissariado para Refugiados (UNHCR), Escritório da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA), Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (UNHCHR), Programa de Alimentação Mundial (WFP) e Fundo das Nações Unidas para Crianças (Unicef). O escritório do coordenador de Assuntos Humanitários da ONU e o do Alto Comissariado para Refugiados são frequentemente escolhidos como Organizações Internacionais líderes para apoiar e coordenar o planejamento e as operações das OAHs durante uma emergência complexa.¹⁰

Menção especial é feita sobre o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) que, ao contrário das organizações internacionais mencionadas anteriormente, não foi estabelecida por acordo intergovernamental. O CICV é uma organização independente, neutra e imparcial, cuja missão humanitária exclusiva é proteger a vida e a dignidade das vítimas de guerra e violência interna, proporcionando-lhes a assistência necessária. O CICV dirige e coordena as atividades de assistência internacional conduzidas pela Cruz Vermelha Internacional e o Movimento do Crescente Vermelho em situações de con-

flito e suas consequências. O CICV tem *status* único reconhecido por todos os Estados que assinaram as convenções de Genebra de 1949, os protocolos adicionais de 1977 e os estatutos da Cruz Vermelha e Movimento Crescente Vermelho Internacional adotados pelos Estados-Partes das convenções de Genebra em 1986.¹¹

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são organizações voluntárias que não são, normalmente, financiadas por governos. O termo é usado no Artigo 71 da Carta da ONU. Elas são organizações sem fins lucrativos, sendo independentes de governos, organizações internacionais ou interesses comerciais. Elas são legalmente diferentes das agências da ONU e outras organizações internacionais, pois escrevem suas próprias missões e obrigações. Existem duas categorias de ONG: 1) Com mandato – uma ONG com mandato tem sido oficialmente reconhecida internacionalmente em uma crise e autorizada a trabalhar na área afetada. 2) Sem mandato – uma ONG sem mandato não tem recebido reconhecimento ou autorização oficial e, conseqüentemente, lida com questões privadas. Essas organizações podem ser contratadas ou subcontratadas por uma organização internacional ou uma ONG com mandato.¹²

As ONGs estão aumentando em número e sofisticação, e em qualquer potencial a Área de Operação pode atingir o número de centenas. Elas, geralmente, permanecem fora de controle político com o objetivo de preservar independência e eficiência. Em muitos casos esta imparcialidade tem sido de grande benefício, tornando-se o único meio disponível para reconstruir relações quando o diálogo político é quebrado.¹³

⁹ Ver Manual de Emprego Operacional da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), AJP-9, Capítulo 8.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

É importante para analisarmos os mecanismos de operacionalidade e coordenação das OAHs a compreensão do conceito de agência líder. Uma agência líder é aquela que recebeu um mandato da comunidade internacional para iniciar a coordenação das atividades das organizações civis que voluntariamente participam de uma operação. Essa agência é normalmente uma das principais da ONU, como UNHCR ou Unicef ou, cada vez com mais frequência, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha). São responsabilidades específicas de uma agência líder: a) Agir como um ponto de contato para outras agências, particularmente nas áreas que compartilham informação e planejamento; b) Coordenar as atividades de campo para evitar duplicação de esforços e desperdício de recursos; e c) Agir como uma interface com os militares no nível estratégico. Geralmente, as agências líderes coordenarão as atividades de campo por intermédio de outras agências ou escritórios de campo. Embora o UNHCR e WFP sejam as mais frequentemente escolhidas, outras ONGs, como a Save the Children, por exemplo, já desempenharam este papel. O CICV tem compartilhado suas atividades como agência líder com outras agências. Nesse caso, ONGs operarão sob um acordo legal que as envolverá como parceiras do governo da nação hospedeira e de uma agência da ONU.¹⁴

As formas de atuação das OAHs, durante as complexas emergências humanitárias, são importantes para o entendimento de seu relacionamento com os militares. Assim, o manual de emprego da Otan AJP-9 também procurou esclarecer esse ponto, enfatizando o pa-

pel do Cimic, estrutura responsável por esta interação. As organizações civis estabelecerão contatos com autoridades locais e governamentais para desenvolver suas atividades. O papel do Cimic é trabalhar próximo das organizações civis, governos nacionais e/ou autoridades locais. Em alguns casos, os militares somente desempenharão um papel de apoio. Em outras situações, o Cimic poderá ser o ponto focal de participação e coordenação no estabelecimento e desenvolvimento de contatos iniciais. Este tipo de situação pode ocorrer na inexistência de qualquer autoridade civil no terreno, o que é comum em cenários de complexas emergências humanitárias.

As diretrizes de março de 2003 da ONU definiram a assistência humanitária como “o apoio a uma população afetada que busca, como propósito principal, salvar vidas e aliviar o sofrimento de uma sociedade civil em crise.”¹⁵

Apesar de terem muitas diferenças em organização, suportes financeiros e métodos operacionais, as OI e ONGs, geralmente, aderem ao Código de Conduta que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o Movimento do Crescente Vermelho e as ONGs de assistência a desastres adotaram no ano de 2001. A assistência humanitária deve ser provida de acordo com os princípios básicos humanitários de humanidade, imparcialidade e neutralidade.¹⁶

A preparação que recebem os profissionais que trabalham no CICV, para a interação com os militares em operações de paz, outra variável importante nesta equação, pode servir de base de comparação com os demais profissionais das OAHs. Como parâmetro de análise pode-se utilizar o Programa de Ensino para Instrutores Militares distribuído pelo CICV para seus delegados junto das Forças Armadas. Nesse programa estão incluídos os temas que o CICV julga de maior importância para o conhecimento

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ver Archer (2004)

¹⁶ Relief web, Guidelines, p.1.

dos militares em operações de paz. Em nenhum dos 14 módulos temáticos incluiu-se a questão do relacionamento entre civis e militares em operações de paz. Não existem referências sobre o *modus operandi* do CICV ou sua estrutura de campo. Se o CICV não enfatiza essa questão para os militares, pode-se deduzir que também não o faça para os seus próprios quadros.

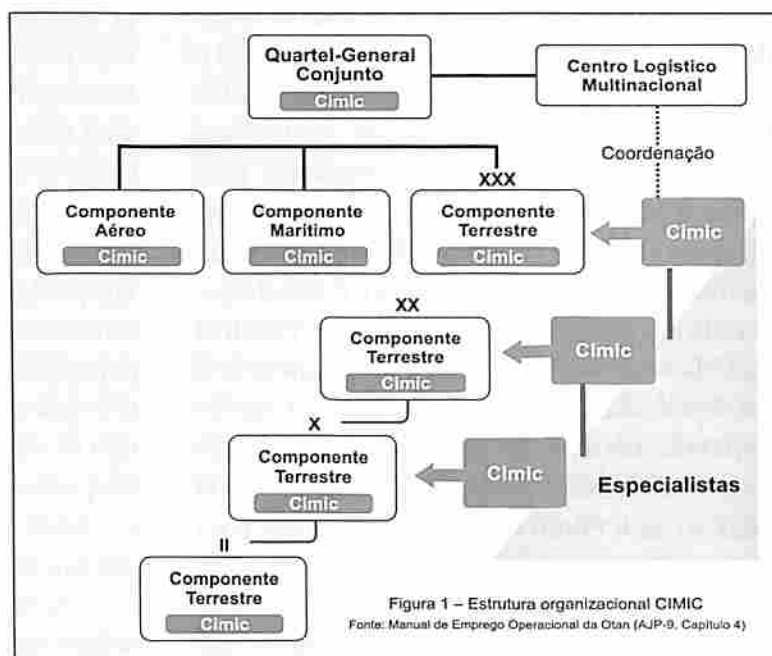
Importantes estruturas militares em face das complexas emergências humanitárias

Passaremos a analisar duas importantes estruturas militares (ver figs. 1 e 2) que, de uma forma geral e guardadas as especificidades de cada tropa, são utilizadas mundialmente na interação com as OAHs em operações de paz.

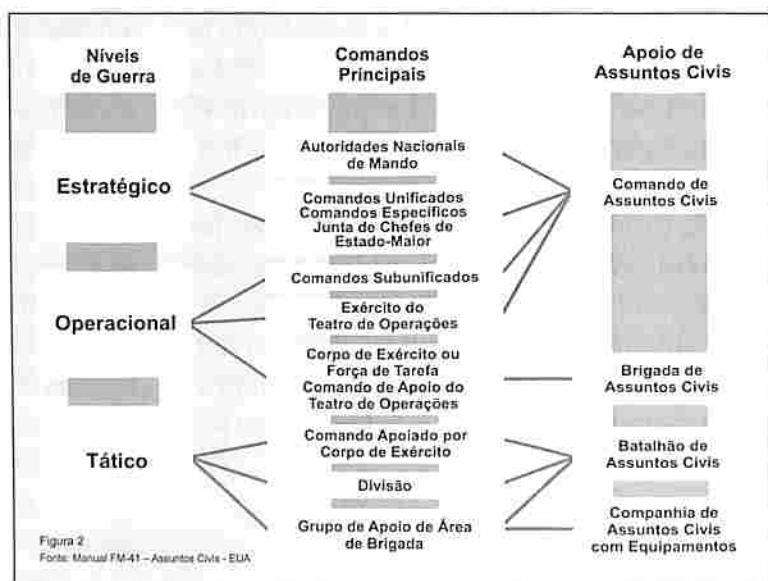
A Otan sintetiza sua doutrina e emprego para a interação civil-militar em face das complexas emergências humanitárias no que prescreve o AJP-9, capítulo 4, sobre organização, comando e controle das forças militares responsáveis pela implantação e funcionamento do Cimic.

O diagrama da fig. 1 facilita a visualização da localização dos Cimics em diferentes níveis da estrutura militar da Otan. É importante perceber a disseminação desses centros por toda a cadeia de comando. Esse fato será importante na comparação com outras doutrinas de emprego.

Em termos gerais, as exigências físicas para o Cimic poder



completar suas tarefas variam de situação para situação. Qualquer organização de Cimic precisa ser flexível o suficiente para cumprir suas missões. O requerimento mínimo exigido é a existência de um *staff* treinado e completamente integrado aos quartéis-generais de todos os níveis. O tamanho e estrutura desses *staffs* irão



variar de acordo com cada quartel-general e do tipo da missão. Estes elementos incluirão oficiais de ligação, que serão empregados junto às agências e organizações civis se necessário. Eles facilitarão a interação entre o componente militar e o ambiente civil. Conseqüentemente, suas atividades serão coordenadas pelos demais membros do *staff*. Em caso de operação combinada civil-militar, por um longo período de tempo, presume-se a existência de recursos humanos nacionais capazes de preencher as principais áreas de atuação do Cimic, que são: administração civil, infra-estrutura civil, assistência humanitária, economia e comércio e assuntos culturais. Assim, as tarefas-chaves dos Cimic são: prover pontos iniciais de contato, prover um ponto focal para ligação, facilitar a troca de informações, prover assessoria sobre a disponibilidade de mecanismos de assistência militar para as organizações civis e reforçar a legitimidade do componente militar aos olhos das autoridades civis e da população local.

Os EUA seguem o que prescreve o seu Manual Operacional FM-41 (ver fig. 2). O principal fato que nos chama a atenção quando se compara a doutrina de emprego das relações civis-militares da Otan e a dos EUA é a disseminação dos Cimic, no primeiro caso, pelos diversos escalões, ocorrendo uma descentralização de meios e um contato permanente mais aproximado de elementos Cimic em todos os níveis. Observando-se a doutrina dos EUA, verifica-se maior centralização de meios, não ocorrendo um contato permanente de elementos Cimic pelos escalões.

Ensinaamentos adquiridos em operações de paz com participação do Brasil, que podem

refletir uma tendência, servem de referência para questões importantes do relacionamento civil-militar. No Timor Leste, observou-se¹⁷ a falta de uma diretriz do representante do secretário-geral da ONU e do comandante-geral das forças militares (*Force Commander*) sobre as relações civis-militares. Não havia qualquer reunião de coordenação, na qual os componentes civil e militar pudessem operar em conjunto, e os Cimic/CMOC não foram estabelecidos. As ações junto à população civil eram desenvolvidas isoladamente por cada tropa, seguindo os interesses e peculiaridades de cada país. A descentralização de esforços também foi outro ponto negativo destacado.

No Haiti, testemunhou-se¹⁸ uma falta de coordenação entre o representante do secretário-geral da ONU e o componente militar, a inexistência de informações sobre a localização das OAHs e quais programas estavam sendo desenvolvidos, a falta de uma diretriz visando ao estreitamento das relações civis-militares, bem como a ausência de uma estrutura similar ao Cimic/CMOC.

Poderíamos destacar, ainda, alguns ensinamentos de diferentes operações de paz importantes para o estudo em questão¹⁹: Conflitos recentes têm demonstrado que a coordenação entre os atores humanitários e militares, particularmente na fase inicial do conflito, pode ser essencial para a execução eficaz e em tempo hábil da assistência humanitária e para ajudar a assegurar a proteção de civis.

Uma percepção e aceitação dos princípios humanitários básicos de humanidade, neutralidade e imparcialidade é de relevância prática

¹⁷ Entrevista com o Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Heimo André da Silva Guimarães de Luna – Chefe do *Public Information and Civil-Military Affairs* no Timor Leste. Período: Out 03 – Out 04, Brasília, DF, 20/07/05.

¹⁸ Entrevista com o Coronel do Exército Brasileiro Luis Felipe Carbonnel – Chefe da Seção de Comunicação Social da Brigada Haiti. Período: Mar 04 – Set 04, Brasília, DF, 20/07/05.

¹⁹ Ver ARCHER (2004)

imediate para os trabalhadores humanitários no terreno.

O pessoal militar de assuntos civis encontrará na agência que lidera a comunidade humanitária um eficiente ponto de contato com a mesma. Já que um grande número de ONGs internacionais têm uma grande variedade de competências, o pessoal militar de assuntos civis deve averiguar quais os programas conduzidos por cada ONG em uma dada área do país.

A comunicação e colaboração eficientes entre as organizações humanitárias civis e entre as organizações civis e militares são indispensáveis.

Enfim, a existência de número tão elevado de diferentes Organizações de Assistência Humanitária, operando num mesmo cenário de crise em conjunto com forças militares e procurando seguir os princípios da humanidade, imparcialidade e neutralidade, pode influenciar os militares a concluir que estas organizações não possuem estrutura de comando, são desorganizadas, indisciplinadas e só procuram os militares quando estão em perigo. Ao mesmo tempo, os civis podem achar que os militares não são imparciais ou neutros, utilizam a força de forma desnecessária e, em geral, não se preocupam com as necessidades da população local.

Existem indícios de que as OAHs não enfatizam para os seus quadros a questão do relacionamento civil-militar em operações de paz.

Comparando-se as estruturas da Otan (fig. 1) e EUA (fig. 2), utilizadas em cenários de complexas emergências humanitárias, nota-se maior centralização de meios Cemic nas estruturas dos EUA. A estrutura da Otan é mais capilarizada, possibilitando um contato permanente com elementos Cemic, nos diversos níveis da operação. Este fato pode agilizar as medidas de coordenação e controle entre os componentes civis e militares que atuam no terreno. Também poderá contribuir para um maior conhe-

cimento entre as partes, colaborando para a quebra de preconceitos que tanto prejudicam as relações entre civis e militares.

Ensinamentos colhidos nas operações de paz do Timor Leste e no Haiti podem demonstrar uma tendência que se repete em diferentes operações de paz, ou seja, a falta de coordenação dos diversos escalões da ONU com as OAHs e com o segmento militar. É possível concluir sobre uma aparente falha na preparação destes atores no tocante ao relacionamento civil-militar.

Os conflitos armados internacionais ou locais podem influir diretamente nas relações entre civis e militares nos Cemic/CMOC. Diante de um conflito armado local, essas estruturas podem ser valorizadas e submetidas a novos desafios. Medidas como maior descentralização, aumento de mobilidade, de recursos humanos e de materiais disponíveis poderão ser adotadas neste processo de valorização das estruturas.

Conclusões

Do acima exposto, conclui-se que seriam medidas necessárias para a superação dos principais óbices nas relações civis-militares em operações de paz:

- Uma clara divulgação das normas do Direito Internacional Humanitário para todos os envolvidos;
- As diferentes características e princípios operacionais seguidos pelas OAHs e pelos militares precisariam ser de conhecimento mútuo;
- Maior descentralização e mobilidade dos Cemic/CMOC;
- Execução de reuniões periódicas de coordenação entre os componentes civis e militares, buscando-se a complementação de esforços; e
- Estreita ligação entre o representante do secretário-geral da ONU, ou do organismo regional responsável pela operação, com os comandantes militares. ☉

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Major-General Manuel António Lourenço de Campos. (2003), "Direito Humanitário e Conflitos Modernos". *Military Review Magazine*, ed. em português, vol. 83, 4º quadrimestre, p.19-28.
- ANDERSON, Mary B. (1996), "Humanitarian NGOs in Conflict Intervention", in Chester A. Crocker, Fen Osler Hampson e Pamela Aall (eds.), *Managing Global Chaos: Sources of and Responses to International Conflict*. Washington, DC, Institute of Peace Press.
- ARCHER, Sarah E. (2004), "A Cooperação Civil-Militar durante Complexas Operações Humanitárias". *Military Review Magazine*, ed. em português, vol. 84, 1º quadrimestre, p.65-73.
- BHATIA, Michael V. (2003), *War and Intervention: Issues for Contemporary Peace Operations*. Bloomfield, Kumarian Press.
- BORY, Françoise. "Genese e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário". Disponível em : www.icrc.org. Acesso em 27 nov 05.
- Carta da ONU.
- CHEREM, Mônica Teresa Costa Sousa. *Direito Internacional Humanitário*, 1ª edição. Curitiba: Juruá Editora. 2004.
- CONSIGLI, José Alejandro; Valladares, Gabriel Pablo. "Las operaciones de mantenimiento de la paz y el derecho internacional humanitario". Disponível em www.icrc.org. Acesso em 27 nov 05.
- Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949.
- Convenções de Haia de 1907.
- Estatuto de Roma.
- Manual de Emprego Operacional da Otan (AJP-9).
- Manual FM-41, Assuntos Civis, EUA.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. (2004). *Direito Internacional Público*, 2ª edição. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- NATO and the ICRC: A partnership serving the victims of armed conflicts, em www.nato.int/docu/review, webedition, nº 3, mai/jun 1997.
- Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949.

Luís Felipe de Castilhos Goycochêa

O Espírito Militar na Questão Acreana



Biblioteca do Exército Editora

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

O Espírito Militar na Questão Acreana

Luís Felipe de Castilhos Goycochêa

A obra faz renascer no público leitor o conhecimento de importante fato da formação territorial brasileira.

Analisa com detalhes suas causas, concluindo pelas consequências do fato e a anexação do Acre ao solo brasileiro.

Preservação do meio ambiente¹

*Klaus Brinkbäumer e Ullrich Fichtner**

Gates, Soros e Branson são capazes de criar um mundo melhor? Salvar o planeta costuma ser um hobby praticado pelos ambientalistas radicais e outros românticos. Mas agora isto transformou-se em uma atividade de executivos e bilionários. Pragmáticos como Bill Gates, George Soros e Richard Branson estão se superando em um esforço para salvar o planeta.

Dariamente, a tarefa a ser feita é salvar o planeta. E todos estão a bordo, do Cabo Horn, ponto mais ao sul da América, a Hammerfest, na Noruega, a cidade mais setentrional do mundo; da Sibéria ao Havaí. As questões em pauta são o meio ambiente, a fome e a Aids. E ainda a água, a paz e o lixo. As questões são do tipo tudo ou nada, o monumental e o insignificante. A corrida está transcorrendo entre aqueles atormentados pelo destino do mundo. Alguns sobem ao palco para conferir uma expressão musical às suas preocupações. Outros trabalham isolados para resolver os problemas, grandes e pequenos, que estão afligindo o planeta.

Bill Clinton senta-se em uma sala no 18º andar do Waldorf-Astoria, na Park Avenue, em Nova York. Lá fora, chove. Dentro, jovens assistentes circulam em volta dele, sussurrando e telefonando enquanto trabalham. Clinton está usando uma camisa azul-clara, uma gravata azul-escura e um terno escuro. Ele senta-se ali como se ainda fosse o homem que ocupa a mesa no Salão Oval da Casa Branca, embora a

sua face possa trazer uma expressão um pouco mais leve. Mas Clinton não se encontra mais no Salão Oval. Ele está no Waldorf e diz: "Fazer é melhor do que falar."

Faz agora 90 minutos que a sala de conferência ao lado está repleta de gente. É o Salão Starlight do Waldorf-Astoria, um aposento cheio de colunas e pesadas cortinas. O carpete emite um brilho dourado. O salão é um grande palco para uma grande ópera. E o título dessa produção está pendurado na parede: "Clinton Climate Initiative" ("Iniciativa Climática de Clinton").

"Agora o meu negócio é fazer as coisas", diz Clinton, pouco antes de ser chamado para discursar. É uma sentença surpreendente vinda da boca de um homem que já foi o líder mais poderoso do mundo, uma pessoa que seguiu as alavancas do poder durante oito anos. Houve uma época em que Clinton era capaz de desencadear uma guerra e de interrompê-la, se assim decidisse. Ele podia convocar a elite mundial a qualquer momento, dia ou noite. Este homem sentou-se do outro lado

¹ Transcrito do Der Spiegel de 05/08/2007 – Tradução UOL.

* Os autores são jornalistas.

da mesa de negociações com todo mundo: governantes, presidentes de corporações, comandantes militares e ganhadores do Prêmio Nobel. Mas foi só neste exato momento que ele passou a sentir que ingressou no ramo de fazer as coisas.

Atualmente a sua vida tem momentos de ruminação, ocasiões nas quais ele reflete sobre os anos passados na Casa Branca. Em tais momentos, Clinton diz que ele e as pessoas poderosas do globo – ou seja, Clinton e um grupo de outras seis ou sete pessoas – não foram capazes de criar um outro mundo melhor. “Nós simplesmente nos sentamos em volta de uma mesa discutindo a respeito de qual palavra seria acrescentada a um documento e de qual não seria”, diz Clinton. Eles lutaram por palavras. Esses líderes não estavam no “negócio de fazer as coisas”.

Quando deixou a Casa Branca em 2001, ele sentiu que não tinha de fato cumprido a sua verdadeira missão. O mundo estava da mesma forma em que se encontrava quando ele assumiu o cargo. Não era um mundo melhor do que no início do seu governo. Era um mundo pior. Bill Clinton, o aposentado, o homem de recursos independentes, perguntou a si mesmo se, na verdade, ele fracassou na hora de desempenhar o trabalho mais importante da sua vida: fazer uma contribuição verdadeira para salvar o mundo.

E, agora, este é o momento dos holofotes para Clinton, o cidadão do mundo, e ele dirige-se para o Salão Starlight. Prefeitos de várias partes do mundo estão reunidos ali, bem como diretores dos maiores bancos. Também estão presentes presidentes de grandes empresas, pessoas que propõem legislações, causam abalos e exercem influência sobre os fatos.

Clinton sobe em um palanque e começa a falar sobre mudança climática. Ele afirma que

este é um problema global que exige ações locais. Clinton informa aos prefeitos que as cidades, as suas cidades, consomem 75% de toda a energia e produzem 75% de todos os gases causadores do efeito estufa. Ele assegura que pretende modificar tal situação. “É por isso que estou aqui”. E acrescenta: “Podemos modificar as coisas. Não é tão difícil assim.”

A conferência em Nova York está sendo realizado com o objetivo de salvar o planeta – não de cima para baixo, mas da base para o topo. O fator ambiental agregador que norteia a reunião é a iniciativa para promover o isolamento térmico de 950 mil residências em Nova York e, se possível, de todos os prédios em todas as grandes cidades do mundo de forma tão eficiente que “as paredes e as janelas não permitam o vazamento de ar frio no verão ou de ar quente no inverno”, explica Clinton.

Hoje ele fala ao público não como um político armado dos poderes da presidência. Ele aparece perante a platéia apenas como Bill Clinton, o homem comum, o representante de uma fundação com sede no Harlem que fica bem próxima ao Teatro Apollo. A Fundação William J. Clinton lida com questões que considera vitais para o mundo. Ela solicitou a corporações que forneçam medicamentos a preços acessíveis à África e agora pretende agir como um Johnny Day moderno, estendendo um tapete verde pelas cidades do planeta. A fundação recebe financiamento de pessoas como Bill Gates, e o seu chefe é o intermediário entre os endinheirados amigos da humanidade e os pragmáticos salvadores do planeta. Clinton é um homem sem poder oficial. Mas ele continua sendo uma pessoa com muitos contatos, vínculos que permitem que ele tenha ainda mais influência do que certos líderes de governo.

Vejamos, por exemplo, Klaus Wowereit, o prefeito de Berlim que também está sentado

no Waldorf-Astoria porque deseja ser parte da solução, e não do problema. Ele recebe uma longa salva de palmas e um grande abraço de Clinton. Wowereit está radiante, assim como todos os outros presentes no Salão Starlight – o pessoal da Siemens que está emprestando a Clinton a sua tecnologia e *know-how*, ou os diretores de cinco bancos que, juntos, estão contribuindo com US\$ 5 bilhões. E todos parecem estar flutuando em uma nuvem de moralidade, energia e carisma que poucas pessoas conseguem invocar da mesma forma que Clinton.

Examinado de forma objetiva, o seu projeto é uma tentativa de abordar as questões mundiais de baixo para cima, de ligar cidades e vilas, e não países, em uma rede, e fazer com que elas se comprometam com as metas corretas. É quase que como se Clinton, o ex-presidente, tivesse internalizado o *slogan* daqueles mesmos críticos da globalização que não gostam dele e que são mantidos à distância durante as reuniões de cúpula do G8 por legiões de policiais e grandes barricadas: “Pense globalmente, aja localmente.”

Hoje em dia todos estão na mesma página. Todos conhecem o roteiro. Ninguém está à margem, nem mesmo aqueles que nas décadas passadas alimentaram os problemas mundiais. A gigante petrolífera Chevron está neste momento recolhendo as suas propagandas para explicar o que pode fazer pelo futuro. A British Petroleum e a Total fazem doações a revistas para que estas possam publicar propagandas de biocombustíveis. Na revista francesa *Elle*, a Renault coloca as suas botas de combate ecológico, e a Canon, a grande companhia de produtos eletrônicos, aparece como uma recruta na luta do Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (Unicef) contra a fome. Ser um salva-vidas global compensa. É uma

função que traz o carimbo da retidão e do “ecologicamente correto”.

Mas não são apenas as companhias que estão ajudando o mundo. Acima de tudo, quem prometeu limpar o planeta foram executivos e bilionários como Bill Gates, George Soros, Richard Branson e Warren Buffet. Um novo tipo de bom samaritano global emergiu. A luta contra a Aids, a pobreza, a poluição e a defesa dos direitos humanos está agora nas mãos de um grupo que, sendo composto de pessoas familiarizadas com os negócios empresariais, sabe como identificar um problema e resolvê-lo. Trabalhar em prol das causas sociais e ambientais não significa mais ficar em uma esquina distribuindo panfletos e murmurando frases confusas. Atualmente, os profissionais estão engajados no projeto de melhoria global. Livres de ideologia e repletos de pragmatismo, eles costuraram redes de comunicações, garantindo, ao mesmo tempo, que todo mundo se envolvesse. Eles aprenderam as lições oferecidas pelas últimas décadas. Esses indivíduos sentem e acreditam que a raça humana, a raça deles, e a Terra estão sendo empurradas para a beira da ruína pela fome e pela pobreza, pelas secas e pelos racionamentos de água, pelo lixo e pela Aids, pelos venenos e pelo gás carbônico.

Esse movimento é sustentado por uma sensação coletiva de que a tarefa de salvar o mundo não pode ser realizada – ou que é feita de forma muito letárgica – por aqueles que estão “lá em cima”, em Washington ou Heilighendamm, ou na sede das Nações Unidas em Nova York. É uma questão que diz respeito à fraqueza dos governos e à força das sociedades. Não se trata apenas de uma questão relativa a fatos incontestáveis. Trata-se também de uma questão de crença: algo precisa ser feito. O ímpeto por trás deste movimento de salvação tem tra-

ços do irracional e do religioso. Eles estão sendo impulsionados pelo desejo de fazer algo. Esta é uma nova fase da globalização. É a esperança do nascimento de uma sociedade civil global que integre gerentes, políticos, cientistas e cidadãos do mundo.

Nas bolsas de valores em Londres, Nova York e Tóquio os analistas punem as companhias que administram os seus negócios de forma hostil à sociedade, insensível ao meio ambiente e desatualizada. As agências de classificação também estão em processo de refazer “sustentavelmente” os seus catálogos de critérios de avaliação. No ano passado, o diretor britânico de fundos de *hedge*, Chris Hohn, injetou 75 milhões de euros na organização de assistência humanitária administrada pela sua mulher. Corporações globais como a Walt Disney, a Ikea, a UPS, a Microsoft e a Wal-Mart estão competindo para determinar quem é capaz de implementar mais ações positivas e lutando para galgar posições nas listas que classificam as empresas segundo indicadores sociais. A cada ano montadoras de automóveis, fábricas de produtos químicos e companhias farmacêuticas aguardam com temor a publicação do livro do ano de sustentabilidade pela firma suíça de investimentos SAM, um catálogo que classifica até 1.200 companhias segundo critérios de sustentabilidade.

Cada vez mais os movimentos de base estão obrigando indústrias inteiras a ceder. Na Suécia, por exemplo, eles relatam que os supermercados do país não vendem mais bacalhau do Mar Báltico. Ativistas do Greenpeace convenceram esses estabelecimentos a deixar de vender bacalhau, um peixe que é pescado em quantidade excessiva na região e que muitas vezes é capturado de forma ilegal. Na Alemanha, esses grupos anunciam que grandes redes de supermercados estão retirando das

prateleiras alimentos saturados de pesticidas. Em toda a Europa eles estão conquistando mercados com produtos feitos com base no comércio justo.

Na Índia, eles impediram a construção de fábricas da Coca-Cola. Na República dos Camarões, cancelaram a importação de vísceras de galinhas da Europa. Na Coreia e na Bolívia, juntaram as suas forças contra as corporações ocidentais do setor de energia. Em Bangladesh e na Argentina, estão encurralando os poluidores do ar. Em Colônia e Nairóbi, têm se livrado de flores contaminadas por toxinas. E na Cidade do Cabo, lutam por água limpa – e o problema, o que realmente confunde, é o fato de tudo estar conectado. As questões de grande peso e as tarefas de pequena dimensão são apenas *pixels* em uma grande fotografia.

E muita coisa está sendo feita com fundo musical. Basta lembrar do festival ambiental *Live Earth*, realizado em julho. Eles dedilharam as suas guitarras, fizeram soar os seus tambores e cantaram os seus hinos em 10 cidades em todo o mundo. Mas o que isso trará de positivo para o Ártico? Para os ursos polares? Para as calotas polares? Quem ousar fazer esse tipo de pergunta será colocado no canto reservado aos céticos. E como toda essa cruzada tem algo de religioso, como trata-se de uma questão de comprar absolvição, da maneira boa e correta de viver, os céticos são desprezados como sendo os novos ateus. O valor dos concertos em dólares e centavos pode representar apenas uma pequena quantia, mas a “pegada de carbono” é gigantesca. Porém, a missão real é outra. Uma missão simbólica: os concertos são tentativas de fortalecer um movimento que, de forma fragmentada, está em andamento há anos; de nomeá-lo; de estabelecer uma linha de partida. É uma tentativa de costurar o velho movimento dos românticos

e moralistas à iniciativa de gerentes, bilionários e pragmáticos.

Durante a maior parte do século XX, quando a raça humana se recuperava dos ferimentos resultantes de guerras mundiais, enquanto se desgastava no conflito Leste-Oeste, cidadãos e políticos se inspiraram na onipotência do governo. As Nações Unidas representaram o sonho de um mundo pacífico e justo que seria criado com a união dos países.

Mas desde que as pessoas perceberam que a ONU tem o hábito de aparecer tarde demais para interferir nas grandes crises políticas, desde que os governos passaram a se locomover pesadamente pelo cenário global como dinossauros estúpidos, e desde que a credibilidade das promessas feitas por indústrias e negócios se esgotou, o “terceiro setor”, o não governamental e não comercial – a sociedade civil –, acorreu do seu estupor.

A mensagem consiste das velhas e orgulhosas questões do passado: Quem, se não nós? Quando, se não agora? Tal mensagem tem um tom bastante diferente daquele ouvido 10, 15 ou 30 anos atrás. Mas ao contrário do que acontecia no passado, agora todos fazem parte da multidão, e ninguém ousa pensar em pisar fora da linha. Em Hollywood, “ser verde” está na moda. Na Côte d’Azur, ser “socialmente responsável” é algo bem visto. A moralidade é agora uma questão de honra em todo o mundo. Como resultado, as grandes esperanças ambientais não residem mais em nomes como Romano Prodi ou Angela Merkel. Em vez disso, elas chamam-se George Clooney e Sharon Stone. Não estão mais vinculadas a nomes como George W. Bush ou Ban Ki Moon, e sim a Elton John, Angelina Jolie, Brad Pitt e Bono.

Algo está em estado de agitação. Uma brisa fresca de interesse no futuro está surgindo, um interesse incontrolável por parte da socie-

dade e das empresas, e não mais das lideranças políticas. Mas essa nova tendência gera novas questões: O que você acha do fato de magnatas como Bill Gates e Warren Buffet despejarem somas vultosas, que equivalem a orçamentos governamentais, sobre os fracos e destituídos do mundo? Será que o conhecimento a respeito da sociedade civil encontrou de fato um lar nas diretorias empresariais do planeta? Será que os compromissos privados em escala mundial são de fato capazes de salvar o mundo? Os comitês de ação dos cidadãos podem de fato mudar o curso dos eventos? Alterar os princípios do mundo empresarial de hoje? Poderiam os cidadãos ter sucesso onde os políticos fracassaram? Ou será que, no fim das contas, os velhos dinossauros ainda são realmente necessários? Os pesos-pesados? Os governos? A ONU?

Pessoas ponderando a possibilidade de uma nova sociedade civil global, a oportunidade de salvar o mundo de uma forma que contorne a trilha já batida precisam atualmente abraçar o verdadeiro significado do termo “conectado”. Para fazer tal coisa, é necessário enfiar a mão em um chapéu e puxar um punhado de exemplos, milhares deles espalhados por todo o planeta. Vejamos o caso de Malawi. Quando os moradores das vilas fazem o seu protesto anual contra o nível cada vez mais alto das águas do Rio Thangadzi, eles não travam a batalha sozinhos, ou com um governo trabalhando ao fundo, sempre de forma benevolente. Em vez disso, travam esta batalha utilizando as táticas “conectadas”.

Grupos que agem de fato arregaçam as mangas. Grupos como as organizações não governamentais globais ActionAid ou Oxfam. Esse é um projeto poliglota em cada uma de suas interfaces: cientistas suecos, sul-africanos ou indianos contribuem por *e-mail* com os seus co-

nhcimentos. Funcionários alemães, britânicos ou chineses do setor de desenvolvimento arcam com o trabalho pesado. E o dinheiro chega, das Nações Unidas, em Nova York, da União Européia, em Bruxelas e de igrejas na Alemanha. Talvez uma companhia belga mande equipamentos. E quem sabe uma empresa francesa forneça água potável. Os norte-americanos cuidarão da infra-estrutura relativa à Internet, e os quenianos se ocuparão da questão da mídia – atualmente o conceito de conexão diz respeito a isso.

Em vários países em desenvolvimento, nos quais um governo funcional jamais firmou raízes, o dia-a-dia sempre foi desta forma. Não existe nenhum tipo de sistema político do tipo europeu. Em vez disso, existem apenas projetos. No lugar de parlamentos e autoridades, as redes da sociedade civil assumem as tarefas. Diversificadas na sua complexidade, essas redes não decidem no topo o que deve acontecer na base. Ao contrário, elas têm que decidir em meio ao trabalho, todos os dias, o que precisa ser feito, quando e por quem.

Sem dúvida a Internet constitui-se em um protagonista crítico neste tipo de política baseada em projetos. Ela gerou novas opções para ação. A Internet gerou interesse em problemas que há apenas alguns anos vazavam pelas fres-

tas do sistema. Além disso, e isto talvez seja algo ainda mais crítico, as pessoas que costumavam procurar em vão umas pelas outras são atualmente capazes de se encontrar. Uma comunidade está surgindo, e essa comunidade usa os *e-mails* e o MySpace para divulgar idéias e promover discussões que se estendem até o outro lado do mundo.

A Internet ajuda a transformar um mundo fragmentado em um mosaico. Ela agrega as pessoas que no fundo fazem parte de um mesmo grupo. Ela é uma fábrica de questões e uma arma que ninguém pode se dar ao luxo de desprezar. Não existe nenhuma grande corporação e nenhum governo capaz de escapar desse escrutínio dos cidadãos baseado na Web. Quem quer que faça uma grande besteira pode esperar ser solidamente colocado em um pelourinho eletrônico por um grupo de supervisores organizados na Internet, surgidos do nada. E isso tem um impacto doméstico, até mesmo na folha de pagamento. A Internet é o meio utilizado pelo novo EMS mundial (EMS é a sigla em inglês de esquadrão de gerenciamento ambiental).

Mas são necessários indivíduos que a recheiem com conteúdo. Ela precisa de pessoas como Bill Clinton, Richard Branson, Angelina Jolie e Laura Ziskin. ☉

O cerco ao Brasil¹

*José Sarney**

O Brasil sofre, na América do Sul, uma onda de hostilidade cujas motivações são absolutamente demagógicas e populistas. Nossa conduta com nossos vizinhos sempre foi exemplar. Esse quadro exige de nossa diplomacia um trabalho equilibrado e competente, que ela tem exercido bem, com o aprendizado da arte de engolir sapos.

Criou-se a visão de um Brasil movido apenas por interesses expansionistas, sem nenhum verdadeiro espírito de cooperação e com uma exacerbada gulodice. Isso contrasta com nossa posição de nunca querermos ser hegemônicos, mas, evidentemente, não importa em vestir a camisa de fraco. O futuro não nos perdoaria.

Na última eleição argentina, o grande chamariz era bater no Brasil, condenar o Mercosul – que só estava acabando com o país. Os presidentes dos dois países não deixaram que isso contaminasse nossas relações.

Na Bolívia, o Brasil está no banco dos réus com a fácil descoberta de um inimigo para desviar a discussão dos verdadeiros problemas internos. Evitar a invasão brasileira é a bandeira.

No Paraguai, a latente questão de Itaipu está no centro das discussões da sucessão. O Brasil é o vilão. O mais forte candidato nas pes-

quisas tem na oposição ao Tratado de Itaipu a bandeira máxima. E a demagogia se encarrega de fazer prosperar essa posição, logo seguida pelos outros contendores.

No Equador, coloca-se a acusação de um Brasil invasor da Amazônia equatoriana, tomando ilegalmente seus campos de petróleo. E, em seguida, prega-se o cancelamento das concessões à Petrobras dos blocos 18 e 31 e do campo Palo Azul.

Na Venezuela, o Presidente Hugo Chávez tomou a decisão de fazer do país uma potência militar, com a compra de 9 submarinos, 8 corvetas, 24 caças Sukhoi-30, 35 helicópteros de combate, um sistema de mísseis Tor-M1, 100 mil fuzis Kalashnikov e uma fábrica deles. O projeto é investir US\$ 60 bilhões em armas nos próximos 10 anos.

Só o carisma e o prestígio, a habilidade e a visão do Presidente Lula têm evitado confrontos. Sua política de cooperação é certa. É da tradição brasileira, e é melhor assim. O que não podemos é deixar o avanço do antibrasileirismo como moda continental.

Nossa diplomacia tem sido competente em não aceitar luvas, mas esse cerco ao nosso país tem de ser revertido. ●

¹ Da Imprensa.

* O autor é escritor e senador.

Sem hipocrisia

Ronaldo Soares – Oscar Cabral

O secretário de Segurança do Rio diz que a sociedade também é responsável pela escalada da violência

“**N**ão existe mais o crime famélico. Ninguém mais rouba um celular para trocar por um pedaço de pão. Rouba porque o traficante manda.” A semana passada começou bem para o Secretário José Mariano Beltrame. A prisão do chefe do tráfico na favela da Rocinha foi destaque nos jornais e no horário nobre da televisão. Menos de 24 horas depois, referindo-se à dificuldade de planejar as ações em favelas devido às diferenças físicas e demográficas entre as regiões da cidade, Beltrame disse que “é diferente um tiro em Copacabana e um na Favela da Coréia” (Zona Oeste do Rio). E voltou às manchetes, desta vez acusado de discriminar os moradores de favela. São ossos do ofício de quem ocupa o cargo de maior visibilidade entre os responsáveis pela segurança pública no Brasil e não tem medo das consequências da guerra contra a bandidagem. “Hoje morrem 10. Se não fizermos nada, no ano que vem vão morrer 20”, resume. Gaúcho de Santa Maria, 50 anos de idade e 27 de carreira na Polícia Federal, Beltrame tem uma rotina pesada. Acorda cedo, corre cinco quilômetros, trabalha pelo menos até as 21h. Em seu gabinete, no centro do Rio, Beltrame deu a seguinte entrevista a VEJA:

Veja – O que é preciso fazer para derrotar os bandidos e restabelecer a ordem no Rio de Janeiro?

Beltrame – O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil

de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. O quadro é esse. Ao longo do tempo, as quadrilhas se fortaleceram a tal ponto que hoje têm a audácia de abanar armas para a polícia. Quando 350 policiais entram numa favela, 25 bandidos resolvem encará-los e fazem um estrago terrível. Recentemente, morreram 12 pessoas nos confrontos da Favela da Coréia, na Zona Oeste. Mas, se não tivéssemos agido agora, no ano que vem morreriam 24. E, se esperássemos mais dois anos, seriam 36, e assim sucessivamente. É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos.

Veja – Por que é tão difícil esse combate?

Beltrame – Por causa de certas peculiaridades que temos aqui. A configuração geográfica da cidade faz com que a polícia tenha de atuar de maneira diferente em cada lugar. Era a isso que eu me referia quando disse que um tiro em Copacabana é diferente de um tiro na Coréia. A Zona Sul, com suas favelas em encostas, requer um tipo de planejamento. Já as favelas horizontais de outras regiões exigem outro tipo de operação. Esse fator, combinado com a concorrência feroz entre facções rivais, faz do Rio um lugar definitivamente singular no cenário mundial. Não temos nada a ver com o Haiti, muito menos com o Iraque. O crime aqui está na Zona Sul, na Baixada Fluminense, na Zona Norte. Quem mora em Copacabana não precisa

ir à Rocinha para comprar drogas, pode buscar ali mesmo. Esses mercados usaram a geografia do Rio de Janeiro a seu favor. O resultado é que a violência aqui não é periférica, ela está no seio da sociedade.

Veja – Qual é a parcela da criminalidade que se pode atribuir hoje ao tráfico?

Beltrame – No Rio não existe mais o crime famélico. Ninguém mais rouba um celular aqui para trocar por um pedaço de pão. O menino rouba um celular porque a facção criminosa do lugar onde ele mora quer um ou dois aparelhos para usá-los em negócios ilícitos. Uma criança que rouba um celular na rua quer aquilo para quê? Não é para falar com a mãe ou o pai. O celular faz parte da logística do traficante, assim como o carro e o dinheiro obtido em assaltos na saída do banco. Os pobres não são responsáveis pela violência. Eles são, aliás, os que mais sofrem com a ação desses bandidos. É nas favelas que o tráfico impõe a lei do silêncio, exige que as pessoas durmam com os portões abertos, obriga moradores a esconderem uma arma em casa ou a abrigar o próprio criminoso lá dentro. O pior é que a permanência dessa situação é favorecida, em parte, por cidadãos comuns, que às vezes nem se dão conta de que seus atos beneficiam os criminosos.

Veja – Que atos?

Beltrame – Vou dar um exemplo. Um cidadão está numa festa cheirando cocaína, chega à rua e vê que seu carro foi roubado. Ele vai à delegacia reclamar, mas não quer saber que roubaram o carro dele para vender as peças e comprar pó. Da mesma forma, não aceito o sujeito que paga propina a um policial. Mas ele prefere pagar R\$ 50,00 de propina porque o IPVA, que custa R\$ 800,00, está atrasado. Ou então aquele empresário que se queixa do suborno

pago ao agente público para não ser fiscalizado. Ele lucra com a sonegação. No Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, a convivência promíscua entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, provocou essa situação ambígua. Agora chegamos a um ponto em que precisamos decidir. A sociedade precisa escolher de que lado está. É fundamental acabar com a promiscuidade que torna aceitáveis práticas condenáveis.

Veja – Os críticos de seu trabalho dizem que o senhor não leva em conta os problemas sociais.

Beltrame – Não podemos passar a mão na cabeça dos marginais, com a desculpa de que eles são excluídos sociais. Dentro desses conceitos vagos, as pessoas navegam sem rumo. Não fujo da discussão, mas não me apresentem discursos acadêmicos como se eles fossem solução. A meu ver, esse é um equívoco que as ONGs cometem, pois não conseguem enxergar nada além das ciências sociais. Não há dúvida de que a miséria e a falta de oportunidades para os jovens estão entre as causas da violência. Essa legião de jovens desempregados, sem opção, constitui um problema e um enorme desafio. Mas quando a polícia age desarmando o tráfico, combatendo as quadrilhas, está fazendo um trabalho de intervenção social. Está recuperando para a sociedade áreas tomadas pelos bandidos. Está contribuindo para acabar com o drama dos moradores de favelas onde, para enterrar o corpo de uma pessoa que morreu de causas naturais, é preciso colocar o cadáver num carrinho de mão e levá-lo até um local onde o rabecão possa pegá-lo. O estado tem de entrar lá e atuar. O que fazemos é abrir esse caminho. O traficante não pode ser referência para as crianças.

Veja – Como assim?

Beltrame – Numa missão da Polícia Federal em Roraima, vi uma criança que mal sabia caminhar

brincando com suas bonecas e com uma pistola calibre 45 de verdade. Quando essa criança tiver 10 anos, aquilo ali vai ser a mesma coisa que um pirulito para ela. E assim são os jovens hoje no morro. Se não for apresentado a nenhuma outra opção, o jovem se espelhará no ídolo dele, que é o dono da boca-de-fumo: um sujeito com o corpo malhado, que tem correntinha de ouro, transa com qualquer menina e tem o carro que quer porque manda roubar, tem o celular bom porque manda roubar. É imprescindível que o estado, as políticas públicas ataquem isso.

Veja – No caso das favelas, onde o estado não se faz presente, é possível uma entidade ou até serviços públicos atuarem sem autorização do tráfico?

Beltrame – Hoje, na maioria das favelas, não. No entanto, o estado não pode compactuar com bandidos de forma alguma. A polícia tem de ir lá e fazer o seu trabalho. Os moradores das favelas se tornaram reféns, e nosso trabalho é resgatá-los. Como um professor pode dar aulas às crianças se o colégio é monitorado 24 horas por marginais armados? Já houve caso de diretora de escola que encontrou armas com as crianças e tentou recolhê-las, mas os alunos disseram: “Tia, não faz isso, senão eu e minha família não chegamos em casa. Tenho de entregar isso mais tarde para uma pessoa.” Que educação é essa que as crianças vão ter? Se o estado tiver de ir lá fazer algum tipo de intervenção, precisa entrar sem pedir licença a ninguém. Aquele território é público. Infelizmente, nem sempre se procedeu assim. E, conforme o tempo passa, pior vai ficando.

Veja – Por que a Colômbia, onde a segurança pública era mais caótica do que aqui, conseguiu avanços nessa área, enquanto nossa situação continuou ruim?

Beltrame – O que aconteceu na Colômbia foi

que o país decidiu apoiar Bogotá e Medellín. Além da ajuda internacional vinda dos Estados Unidos, houve um investimento de 5% do PIB colombiano para arrumar Bogotá. Por causa desse investimento, a ação da polícia foi massificada, é vista em todos os lugares. Mas é preciso dizer que muitas mortes ocorreram nesse processo, porque lá também há uma concorrência entre grupos rivais. Nesse caso, os paramilitares, as Farc e o narcotráfico. No Brasil, seria necessário um reconhecimento de toda a nação de que o Rio de Janeiro é um lugar emblemático. Resolver o problema da criminalidade aqui é importante para o país.

Veja – E que lições podem ser aproveitadas para o Brasil a partir do que se viu no Rio até hoje?

Beltrame – Olhar para a história do Rio talvez seja a melhor vacina para evitar a reprodução dessa tragédia. A situação atual de insegurança aqui foi construída ao longo de décadas de interferência política irresponsável e de ausência de políticas públicas. É importante tomar muito cuidado para que a comunidade não perca a confiança na polícia, porque isso inibe o cidadão que quer denunciar um crime. Deve-se levar em conta que, se a situação está ruim, sem a polícia seria pior. O melhor que os outros estados têm a fazer é se empenhar em mecanismos de prevenção, para evitar que se afoguem no trabalho incessante de repressão, como este que estamos fazendo.

Veja – Qual foi seu pior momento na secretaria?

Beltrame – Foi no início do ano, depois dos ataques pela cidade, quando queimaram pessoas num ônibus. Ali, 12 bandidos espalharam o pânico que contaminou 6 milhões de pessoas. É um absurdo, mas aconteceu. Tivemos de parar todo o planejamento para investigar isso. Não dava para fazer nenhum projeto sabendo

que havia quadrilhas dizendo que iam tomar o Aeroporto Santos Dumont ou os *shopping centers*. Outro momento duro foi o caso do menino João Hélio (que morreu arrastado pelas ruas, preso pelo cinto de segurança do carro, num assalto). Acho que a sociedade não pode se esquecer do que aconteceu ali. É por isso que eu insisto em dizer que ela tem de optar, definir de que lado está nessa guerra.

Veja – No filme *Tropa de Elite*, a platéia chega a aplaudir cenas de tortura e excessos cometidos pelos policiais. A que o senhor atribui isso?

Beltrame – A duas coisas. Em primeiro lugar, acho que é o efeito de uma sociedade que apanhou muito. Ela não agüenta mais ser barbarizada nas ruas pelos bandidos. E, depois, porque a polícia aparece numa outra perspectiva, que até então não se via. Acho que, por um processo histórico, que começou décadas atrás, a polícia estava de mãos amarradas, não funcionava.

Veja – A corrupção não ajudou a desacreditar a polícia?

Beltrame – Historicamente, a polícia carrega essa pecha de envolvimento com o crime, com o jogo do bicho. Isso vem de muito tempo atrás, não é de agora. Realmente, esse fato faz com que a população perca a confiança na corporação. Mas, no momento em que oferecermos ao policial condições para trabalhar, com melhor salário e uma nova postura, vai dar muito certo. É o que estamos fazendo. Só neste ano, mais de 150 policiais foram excluídos, o que é um recorde. Precisamos de uma vigilância eficiente e, também, mostrar ao servidor que estamos do lado dele, tentando melhorar equi-

pamentos, salários etc. O policial realmente era cooptado pelo crime, e isso acontece ainda hoje. Mas estamos trabalhando para mudar esse quadro.

Veja – Qual é sua opinião sobre o capitão Nascimento, protagonista do filme *Tropa de Elite*?

Beltrame – Sem dúvida alguma, um capitão do Bope está bem representado ali – tirando, é claro, alguns excessos do filme. Assim como a PM apresentada no cinema é a nossa PM. Hoje, a PM é melhor que a do filme, mas já foi quase como a mostrada em *Tropa de Elite*. Eu considero o capitão Nascimento um herói. Sei que vão pegar no meu pé, porque o Bope aparece ensacando e batendo nas pessoas, mas isso só ocorre na ficção. Digo que se trata de um herói porque o policial do Bope enfrenta picos de tensão, é uma pessoa muito disciplinada e bem preparada. E ainda tem de cuidar de seu lado pessoal e familiar, que muitas vezes fica em segundo plano.

Veja – Na semana passada, o senhor foi aplaudido de pé num evento público. Aliás, tem dividido aplausos com o capitão Nascimento. Como se sente?

Beltrame – Fico um pouco assustado. Mas o capitão Nascimento é um personagem de ficção. Eu sou secretário de Segurança. Os termômetros que levo em consideração mesmo para avaliar a secretaria são a manicure da minha esposa, o taxista, o cara do barzinho da esquina, o jornalista, o ascensorista. A leitura que conta para mim é essa, e não a dos teóricos. É uma leitura de quem sofre. Isso, sim, me sensibiliza muito.

Fonte: Revista *Veja* 

“Tudo dominado”....¹

*Jarbas Passarinho**

Corre, em tradição oral, que certa feita Rui Barbosa tranquilizou um patriota preocupadíssimo com a corrupção e a indignidade dos homens públicos, que estariam levando o país a uma crise fatal. Rui teria serenamente respondido: “O Brasil é maior que qualquer crise.” Castello Branco, em situação semelhante, disse a um coronel adido militar na França, que viera ao Brasil, com permissão concedida pelo ministro da Guerra, falar sobre a crise da eleição dos oposicionistas Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, e Israel Pinheiro, em Minas: “Preocupe-se, mas não muito.”

As crises tiveram, porém, seus efeitos deletérios. Castello obrigou-se a editar o AI-2, para assegurar a posse dos governadores de oposição, sobre quem me diria mais tarde o Presidente Costa e Silva que se dava melhor com ambos do que com os que haviam sido eleitos indiretamente. Rui entrou em depressão cívica, de que ficou famosa a sua profunda desilusão. Dele cita-se hoje o final de sua oração de desesperança que diz, em parte: “De tanto ver prosperar a desonra, o homem chega a desanimar da virtude e ter vergonha de ser honesto.”

Assalta-me a incidência das crises, uma constante em nossa história política, conquan-

to se saiba que o primeiro conceito de Rui nos fortalece a esperança, ao afirmar que o Brasil se sobrepõe a qualquer das crises. No momento, ou melhor, há alguns anos, a palavra de esperança ajuda as nossas vacilações, mesmo quando é preciso pensar em Abraão, que “esperou contra a esperança” mas chegou a ser pai, aos 90 anos de idade, de filho de sua mulher até então estéril, o que nos alenta viver no Brasil de hoje (e do passado recente) em que os bandidos cunharam a expressão “está tudo dominado”, ao coroar seus objetivos de facínoras.

Chega-se a pensar na inutilidade dos protestos da reiteração de críticas inúteis, quando se tem notícia ampla de crimes que nos revoltam, e impunes ficam, praticados contra a honra por membros importantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e, finalmente, do patronato brasileiro que maculou o vocábulo empreiteiro, disso e daquilo, seja para furtar bebês das maternidades, seja para ser a peça mestra das propinas para compra de votos de parlamentares. Já se disse – e com razão – que os escândalos mais novos apagam o efeito deletério dos passados.

No preâmbulo da oração de Rui está a revolta embutida: “Tenho vergonha de mim mesmo, pela passividade de ouvir desculpas e floreios para justificar atos criminosos e da minha impotência, das minhas desilusões e do meu

¹ Da Imprensa.

* O autor é coronel, foi ministro e senador.

cansaço." De fato, cansa-se de tudo. Da inutilidade de mostrar os crimes contra a propriedade, sob aplauso dos religiosos e financiamento da União e do exterior. Da omissão vergonhosa do Estado imitando Pilatos. Os verdadeiros proprietários deixando-se seduzir pela violência para se oporem às invasões – chamadas por religiosos coniventes de "ocupação" –, enquanto os grileiros expulsam os posseiros. Entremetidos, os cadáveres acumulam-se regando as terras com seu sangue, impassível o Estado.

Quando juízes, e até ministros de tribunal superior, vendem sentenças benéficas até a traficantes de drogas, Rui volta a dizer ter vergonha de si mesmo "por ter trabalhado sempre pela justiça". Quando se vêem e ouvem, televisionados, diálogos gravados e comprometedo-

res (de parlamentares entre eles), negados pelos corruptos, Rui volta a ter vergonha de si mesmo "por ter compactuado com a honestidade e educado parte do nosso povo". Quando "empreiteiros" corrompem os corruptíveis do Executivo, ex-governadores, secretários de governo, presidente de banco estatal, superintendentes do Ibama e diretor do Tesouro Nacional, mediante propinas vultosas, volta Rui a dizer ter vergonha de si mesmo "por entregar aos meus filhos, simples e abominavelmente, a derrota das virtudes pelos vícios".

Rui, desalentado, confessou seu cansaço. Um século nos permitiu crescer a despeito dos desonestos. A frase popular será verdade: "Os ladrões nos roubam de dia, mas o Brasil cresce à noite"? Ou "está tudo dominado"? ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



BRASIL-FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

Exército dá partida ao Programa VBTP-MR¹

*Nelson Düring**

O Exército Brasileiro estará próximo de dar um importante passo no Programa Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR) quando formalizar a escolha da empresa vencedora da proposta técnica e financeira para desenvolvimento e construção do protótipo e de mais 16 unidades de pré-série.

A VBTP-MR é o primeiro projeto do que o Exército chama de Família de Blindados Médio de Rodas (FBMR).

Defesa@Net obteve extra-oficialmente a informação de que a empresa Fiat Automóveis S.A, holding do Grupo Fiat no Brasil, representando a Divisão Iveco, foi a vencedora.

Fiat e Iesa foram as duas únicas empresas que apresentaram propostas, no dia 28 de junho de 2007, das cinco que tinham sido listadas pelo Exército Brasileiro. As companhias listadas eram: Agrale S.A., Avibras Aeroespacial S.A., Edag do Brasil Ltda, Fiat Automóveis S.A. e Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

As etapas

Anunciar o Grupo Fiat (Iveco) como o que efetivamente será o responsável pelo projeto do futuro veículo blindado do Exército Brasileiro, que informalmente é chamado Urutu III, ainda é considerado temerário por fontes militares.

Dois outros níveis devem referendar a decisão do Escritório do Programa VBTP-MR: o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e o Chefe do Estado-Maior, para finalmente o Comandante do Exército, General Enzo Perini, formalizar a decisão. Há também a possibilidade de o General Enzo levá-la à apreciação do Alto-Comando.

Após essas etapas, o Exército deverá iniciar a negociação com a Fiat para a assinatura do contrato de execução dos serviços de desenvolvimento e produção do protótipo e 16 veículos de pré-série.

Fontes próximas ao projeto acreditam que essas etapas podem ser cumpridas em um mês ou dois no máximo. Assim, o Exército e a Fiat (Iveco) poderiam assinar o contrato e dar início aos trabalhos ainda este ano.

A Fiat

Surpresa para muitos, mas quem acompanha o *Defesa@Net*, já em 2001, noticiávamos os testes de veículos blindados italianos no Brasil. A Fiat (Iveco) tem investido de forma contínua no que poderia ser um programa de veículos blindados no Brasil.

Assim, em 2001 trouxe o Centauro AIFV 8x8 para testes de avaliação no Brasil. Posteriormente, foi seguido pelo Puma VBL (*Veicolo Blindato Leggero*) nas versões 4x4 e 6x6.

Todos esses testes foram realizados como um investimento pela *holding* do Grupo Fiat S.A. no Brasil, que representa a Divisão Iveco.

¹ Fonte: (www.defesanet.com.br)

* O autor é editor do site defesa@net

Esta, na Itália, por meio da *Iveco Defence Vehicles Division*, produz o veículo *Light Multirole Vehicle*, um 4x4 similar ao norte-americano *Hummer*, porém com a proteção aos tripulantes já incorporada no projeto, que foi adotado pelos exércitos italiano e inglês. A Iveco com a divisão Oto Breda do Grupo *Finmeccanica* produz uma gama de veículos blindados como o Centauro e o Puma.

O processo no Brasil tem sido conduzido pelo Diretor de Relações Externas da Iveco, Sr. Alberto Mayer.

Em declaração para *Defesa@Net*, em março deste ano, Mayer afirmou: “Não vamos produzir aqui um veículo que já fabricamos, mas sim desenvolver um blindado que atenda aos requisitos do Exército Brasileiro, conforme especificado, caso sejamos selecionados.”

Os veículos serão produzidos no Complexo Industrial de Sete Lagoas da Iveco, no Estado de Minas Gerais. Em 2006, a Iveco produziu 3.544 unidades de veículos leves, médios e pesados e mais 3.544 unidades.

O faturamento no mercado interno foi de R\$ 313,58 milhões. As exportações corresponderam a 2.769 unidades e ainda a 2.095 unidades CKD.

Os concorrentes

Dezessete empresas apresentaram propostas na primeira fase, das quais cinco foram pré-selecionadas. Muitas empresas nacionais e internacionais apresentaram propostas na primeira fase, mas foram desqualificadas por não terem um parque industrial ou um núcleo de engenharia que pudesse levar adiante o projeto.

Um dos requisitos era que a empresa também tivesse uma linha de produtos diversificada e que esse projeto não fosse o principal da empresa. Talvez pelo reconhecimento do próprio Exército da inconstância do fluxo financeiro

nos orçamentos anuais de defesa. Podemos dizer que várias empresas internacionais procuraram estar presentes por intermédio das cinco finalistas. Essas empresas representavam os países: Rússia, França, Suíça, Finlândia, Israel e Áustria.

O General-de-Exército Darke Nunes de Figueiredo, chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), já alertava que o Exército não desejava ter muitos interlocutores. “Mesmo que a empresa vencedora se associe a outras, o Exército Brasileiro, quando sentar-se à mesa, desejará falar somente com um interlocutor”, afirmou o General Darke Nunes à *Defesa@Net* durante a LAAD 2007.

Os brasileiros

Duas empresas com tradição na área militar estavam pré-selecionadas: a Avibras Aeroespacial e a Agrale. Para muitos, foi uma surpresa que elas não tivessem nem apresentado uma proposta no dia 28 de junho.

As declarações dos seus presidentes podem ser uma indicação. Na Avibras, João Verdi Leite declarou à *Defesa@Net* que a proposta do Exército teria sentido há seis anos; hoje há muitos competidores com produtos novos no mercado, e será difícil entrar no mercado internacional. Continuaremos a produzir nossos blindados AV-VBL e Guará.

Hugo Zattera, da Agrale, mostrava preocupação com a viabilidade econômica de alocar um grupo de técnicos e recursos expressivos no projeto com um retorno financeiro incerto. Muito da análise está na dificuldade de entrar no mercado militar com o veículo utilitário 4x4 Marruá.

O futuro

A expectativa nas áreas técnicas do Exército é que as etapas de aprovação na Força avan-

cem rápidas e que possa ser formalizada a assinatura do contrato tão logo seja possível.

Há uma demanda enorme por veículos blindados de rodas similares ao EE-11 Urutu haja vista as operações no Haiti com a Missão da ONU e a possibilidade de outras missões, como Darfur na África.

O processo de revisão do atual parque de EE-11 Urutu e EE-9 Cascavel no Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP) tem avançado conforme os recursos disponíveis, porém há uma demanda cada vez maior por esses veículos.

Um *mock-up* da VBTP-MR (6x6) e os estudos preliminares das nove versões que compõem a Família de Blindados Média de Rodas (FBMR) foram apresentados pelo DCT na

LAAD 2007. É considerado um guia, cabendo à empresa vencedora propor alterações e implementá-las junto com a gerência do Projeto da VBTP-MR.

O plano é de que tenhamos os primeiros veículos saindo da linha de produção em quatro anos.

Segundo o General-de-Brigada Waldemir Cristino Rômulo, em entrevista para a *Revista Tecnologia & Defesa*, edição 111, o cronograma básico, após a assinatura do contrato, é 2 anos para o projeto e construção do protótipo, 12 meses para testes e, no quarto ano, a produção de um lote de 16 unidades. O projeto da blindagem será realizado em 14 meses, em paralelo ao desenvolvimento da VBTP-MR. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Das Virtudes Militares

Pedro Schirmer

Apresenta, de forma didática, as virtudes que devem emoldurar o espírito do soldado. Completa a exposição com fatos e citações históricas.

ONU autoriza Brasil a ampliar limites de sua fronteira marítima¹

Tânia Monteiro

Além das 200 milhas náuticas, País tem 712 mil quilômetros quadrados da plataforma continental e briga por mais

Desde o mês passado, os livros didáticos estão autorizados a ensinar que o Brasil tem exatos 12,712 milhões de quilômetros quadrados, e não apenas os 8,5 milhões de quilômetros quadrados informados a todas as gerações de estudantes. A Organização das Nações Unidas (ONU) deu sinal verde para o País incorporar, para além das 200 milhas náuticas, mais 712 mil quilômetros quadrados de extensão da chamada plataforma continental. Nessa área, correspondente ao tamanho dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, o País também já tem assegurada a soberania de exploração e aproveitamento de todos os recursos naturais do solo e do subsolo marinhos.

Os 12,7 milhões de quilômetros quadrados são a soma dos 3,5 milhões da chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com os 712 mil quilômetros reconhecidos em abril pela ONU. Mas o Brasil quer mais e pode, ao fim do processo de legalização da plataforma continental, que vai até maio de 2009, transformar-se em uma nação com 12,95 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a quatro Índias.

Além dos 712 mil quilômetros quadrados já concedidos, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm) requereu à mes-

ma Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC) outros 238 mil quilômetros quadrados – uma área do tamanho do Ceará, à qual entende ter direito.

Levantamento

Para fazer jus a esse espaço de “terra molhada”, o Brasil foi obrigado a desenvolver um minucioso trabalho de mapeamento científico da plataforma continental. Esse detalhamento foi feito pela Marinha durante 17 anos – de 1987 a 2004. Nesse período, foram investidos US\$ 40 milhões – metade desse custo bancado pela Petrobras – no chamado Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), com os navios da Marinha percorrendo 230 mil quilômetros na região, o que corresponde a cinco voltas e meia na Terra. Em síntese, a Marinha e a Petrobras fizeram uma coleta de dados que mostram à ONU todo o conhecimento brasileiro da plataforma continental.

“Do total do nosso comércio exterior, 95% é feito pelo mar. Além do petróleo, temos o gás. Temos ainda os recursos vivos, o turismo e estamos abrindo campo para mapear as riquezas minerais do fundo do mar”, disse ao *Estado* o Comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto. “Isso mostra a importância da nossa Amazônia Azul”, acrescentou, referindo-

¹ Transcrito de *O Estado de S. Paulo* de 06/05/2007.

se ao território no mar e em comemoração ao fato de a plataforma continental ter crescido mais um pouco.

“Mais de 700 mil quilômetros quadrados já foram aprovados e vamos continuar discutindo se temos ou não direito aos outros quase 250 mil que tínhamos pleiteado de início. Esses 950 mil quilômetros quadrados correspondem aos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e um pouco mais do que Santa Catarina. O Brasil tem de entender que o mar é fundamental para sua economia”, observou Moura Neto.

Questão de Estado

Ele explicou que o Governo não está preocupado “só com cifras”, ao se referir à importância econômica dessa região marítima. “Estamos discutindo limites de fronteiras porque essa é uma questão de Estado”, argumentou. “Não podemos garantir se nessa área há ou não petróleo, se há ou não outra riqueza. Só que, tão importantes quanto os aspectos econômicos, são os limites do Brasil, dos quais não podemos abrir mão.”

Depois de insistir em que todas as riquezas que existem na Zona Econômica Exclusiva e na área nova da plataforma “pertencem juridicamente ao Brasil”, o comandante alertou para o fato de que “o Estado tem direito de soberania sobre ela, mas não soberania plena”. O Brasil pleiteou à ONU a inclusão em sua plataforma de cinco áreas: cone do Amazonas, cadeia Norte brasileiro, cadeia Vitória e Trindade, platô de São Paulo e margem continental Sul. “Destas, apenas o platô de São Paulo foi aceito integralmente pela ONU. Nas demais, concordaram com 75% do que pedimos”, informou o comandante, ao anunciar que o Governo pedirá revisão da decisão e já está estudando a questão.

Histórico

A Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) dizia que cada país deveria apresentar pedido de ampliação de sua plataforma no prazo de 10 anos, depois que tivesse ratificado a convenção. O Brasil ratificou a convenção em novembro de 1994 e, em 2004, entregou pedido de extensão da plataforma continental. “De 2004 a 2006, uma comissão de limites da plataforma continental da ONU, com sete peritos, avaliou nossa proposta em várias reuniões”, disse Moura Neto. Segundo o comandante, no fim de março o Brasil fez sua defesa final na ONU, e, no mês passado, a comissão de limites da plataforma continental formulou suas recomendações, informando que aceitava 75% do que o País pleiteara.

Com esse estudo, o Brasil provou que a plataforma continental brasileira, que é o prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro, é de 350 milhas em áreas da Guiana até Natal e do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, e não só as 200 milhas a que todos os países podem ter direito. Essa é a chamada Amazônia Azul, área maior que a Amazônia Verde.

A Rússia foi o primeiro país a apresentar à ONU pedido de extensão de sua plataforma continental, mas teve a proposta rejeitada pela instituição. A Austrália também já apresentou proposta.

Dados

A extensão que o Brasil terá, se conseguir os 238 mil quilômetros a mais que ainda reivindica da ONU, será de 4.450.000km² – os 3.500.000km², hoje sob jurisdição do Brasil, mais 950.000km², que é de quanto será ampliação total. Essa será a área total da Amazônia Azul (Ednardo Melo).

Presidente Emílio Garrastazu Médici

Crônica de Nelson Rodrigues

Não há nome intrascendente e repito: qualquer nome insinua um vaticínio. Todo o destino de Napoleão Bonaparte está no seu cartão de visitas. Ao passo que um J. B. Martins da Fonseca não tem nenhum destino especial e, vou mais longe: não tem destino. Quando batizaram William Shakespeare, o padre poderia perguntar-lhe: "Como vão tuas Obras completas?". No simples "William Shakespeare" estava implícita a música verbal do seu teatro.

Mas um certo nome exige uma certa cara. Napoleão Bonaparte pedia um perfil napoleônico. Um Gengis Khan precisa de fotogenia. Ou então um John Kennedy. O que era o presidente assassinado senão o queixo forte, plástico, histórico? Ele venceu Stevenson e depois Nixon, porque tinha as mandíbulas crispadas do Poder. Por isso, o tiro arrancou-lhe o queixo. Outro: Churchill, com a sua maravilhosa cara de bulldogue. Em todos os citados, cara e nome, justapostos, explicam uma nítida predestinação.

Fiz essa pequena introdução para chegar ao nosso presidente. Quando começou o jogo de candidaturas, disse eu: "Ganha esse, pelo nome e pela cara". Não é impunemente que um homem se chama Emílio Garrastazu Médici. Tiremos o Emílio e fica Garrastazu. Tiremos o Garrastazu e ficará o Médici. Bem sei que essa meditação sobre o nome pode parecer arbitrária e até delirante. Não importa, nada importa. Depois vi a sua fotografia. Repeti, na redação, para todo o mundo ouvir: "É esse o presidente". Ora, numa redação há sem-

pre uns três ou quatro sarcásticos. Um deles perguntou: "Só pelo nome?" Respondi: "Pelo nome e pela cara".

Como já disse, a história e a lenda também exigem uma certa fotogenia. E senti que Emílio Garrastazu Médici tinha um perfil de moeda, de cédula, de selo. Organizem uma retrospectiva presidencial e verão que os nossos presidentes são baixos. Getúlio era baixíssimo, embora tivesse um perfil histórico e, digamos, cesariano. Epitácio foi fisicamente pequeno. Era a pose que o fazia mais presidencial. Garrastazu Médici é o nosso primeiro presidente alto.

Dirão vocês que eu estou valorizando o irrelevante, o secundário, o fantasista. Desculpem o meu possível equívoco. E se me perguntarem por que estou dizendo tudo isso, eu me justificarei explicando: conheci, domingo, o Presidente Emílio Garrastazu Médici. E o pretexto para o nosso encontro foi um jogo de futebol.

Outra singularidade do chefe da Nação: gosta de futebol e sabe viver, como o mais obscuro, o mais anônimo torcedor, todas as peripécias dos clássicos e das peladas. Isso é raro, ou melhor dizendo, isso é inédito na história dos presidentes brasileiros. Imaginem um Delfim Moreira ou um Rodrigues Alves ou um Wenceslau Brás entrando no Estádio Mario Filho. Qualquer um desses perguntaria: "Em que time joga o Fla-Flu?", "Quem é a bola?" ou "O córner já chegou?"

O nosso presidente sabe tudo de futebol. Eu diria que hoje nenhum brasileiro será estadista se lhe faltar a sensibilidade para o fute-

bol. Mas dizia eu que foi um jogo – São Paulo x Porto – que nos aproximou. Na sexta-feira passada, o Palácio das Laranjeiras começou por me procurar. Se eu fosse terrorista, não seria tão perseguido. Finalmente, falo pelo telefone com o Palácio. O secretário de Imprensa queria me transmitir um convite. Onde e a que horas poderia falar comigo? Marcamos o encontro. Simplesmente, o Presidente Médici me convidava para assistir, a seu lado, na inauguração do Morumbi, ao jogo internacional. Eu iria, com S. Exa., no avião presidencial. O presidente fazia o maior empenho em que o acompanhasse.

Confesso, sem nenhuma vergonha, que o convite me fascinou. O que têm sido as nossas relações com os presidentes da República? Nada. Sim, há entre nós e o presidente uma distância infinita, espectral. E o Supremo Magistrado, como se diz, é um ser misterioso, inescrutável, sinistro. No meu caso, o presidente se dispunha a acabar com a distância e me receber na áspera solidão presidencial.

De mais a mais, o Brasil vive o seu grande momento. Eis o nosso dilema: ou o Brasil ou o caos. O diabo é que temos a vocação e a nostalgia do caos. É o momento de fazer o Brasil ou perdê-lo. Esse Garrastazu Médici é, neste instante, uma das figuras vitais do País. Eu ia vê-lo, ia ouvi-lo. Sim, ouvir os ruídos da sua alma profunda. Todo o mundo tem, no bolso do colete, o seu projeto de Brasil. Garrastazu tem o seu e pode realizá-lo. Ao passo que nós não temos força para tapar um cano furado. Bem. Aceitei o convite, ressaltando: iria de tudo, menos de avião. “De automóvel?”, perguntou o secretário de Imprensa. E eu: “De qualquer coisa” – e repeti – “nunca de avião”.

Sábado, o meu filho Nelson levou-me para São Paulo no seu fusca. Durante a viagem, uma pequena, mas intolerável inibição instalou-se

em mim: “Chamarei o presidente de ‘excelência’ ou simplesmente de ‘senhor’?”. Imaginava que o Poder desumaniza o homem. Seria Garrastazu uma figura áspera, hierática, enfática? Pensava, ao mesmo tempo, num episódio recente. No jogo do Grêmio, e antes de ser presidente, e antes da definição das candidaturas, o General Garrastazu Médici desce ao vestiário. Vejam se vocês conseguem imaginar um Delfim Moreira ou um Epitácio num vestiário de futebol. Pois o general chega e pergunta: “Como é, Alcino, que você vai me perder aquele gol?” No fusca do meu filho Nelson, eu queria crer que um homem assim é um brasileiro vivo e não uma pose, e não uma casaca, e não uma faixa, e não uma condecoração.

No dia seguinte, estava eu no aeroporto. Tivemos uma primeira conversa e, durante o dia, uma outra, e uma terceira, e uma quarta. Vi a seu lado a inauguração (ou a décima inauguração do Morumbi). Ora, no momento não há nada mais importante do que saber o que pensa, o que sente, o que imagina, o que quer um presidente da República, investido de tantos poderes. No meio do jogo, ele insistia para que eu voltasse no seu jato. Digo, por fim: “Está certo, presidente. Vou voar pela primeira vez”.

É preciso não esquecer o que houve nas ruas de São Paulo e dentro do Morumbi. No Estádio Mário Filho, ex-Maracanã, via-se até minuto de silêncio e, como dizia o outro, via-se até mulher nua. Vi o Morumbi lotado, aplaudindo o Presidente Garrastazu. Antes do jogo e depois do jogo, o aplauso das ruas. Eu queria ouvir um assobio, sentir um foco de vaia. Só palmas. E eu me perguntava: “E as vaias? Onde estão as vaias?” Estavam espantosamente mudas.

Até domingo, às seis e meia, sete da noite, eu não entrara jamais num avião pousado, num avião andando, num avião voando. Lá em

cima, não há paisagem, e, se não há paisagem, estamos fazendo a antiaviagem. Conversamos longamente. Houve um momento em que ele me disse: “Sou um presidente sem compromissos. Só tenho compromissos com a minha Pátria”. Eis um homem que fala em Pátria, em “minha Pátria”. Para a maioria absoluta dos civis, “Pátria” é uma palavra espectral, “patriota” é uma figura espectral. E as nossas esquerdas fizeram toda a sorte de manifestações. Não berravam, não tocavam na “Pátria”. Nas passeatas, berravam, em cadência: “Vietnã, Vietnã, Vietnã”. Pichavam os nossos muros com vivas aos vietcongues, a Cuba. Nenhuma alusão à Pátria, nenhuma referência ao Brasil. E, no entanto, vejam vocês: o Amazonas tem menos população do que Madureira. Aquilo é uma gigantesca sibéria florestal. E as esquerdas só pensavam no Vietnã, e só pensavam pelo Vietnã e só bebiam pelo Vietnã.

Certa vez, conversei com um membro da esquerda católica. Exortei-o a desembarcar no Brasil. Disse-lhe que, na pior das hipóteses, temos paisagem. Citei o Pão de Açúcar, o Corcovado. Mas ele batia na tecla obsessiva e fatal: “O Vitenã, o Vietnã, o Vietnã” etc. etc. Ainda no meu *élan* paisagístico, fiz a apologia da Vista Chinesa, recanto ideal para matar turista argentino. Mas havia entre mim e ele a distância

que nos separa do Sudeste Asiático. Eis o que o meu amigo propõe: que os brasileiros bebem o sangue uns dos outros como groselha.

Antes de se despedir, o membro da esquerda católica concentrou sua ira nas Forças Armadas. Acusou-as de incapazes, de ineptas, de relapsas. “Os militares nunca fizeram nada”, afirmou. Desta vez, perdi a minha paciência. Tratei de demonstrar-lhe que os militares fizeram tudo. No Sete de Setembro (e Pedro Américo não me deixa mentir) foram sujeitos de esporas e penacho que deram o grito do Ipiranga; e, se os militares não fizeram nada, que faz a espada de Deodoro na estátua de Deodoro? Foi a inépcia militar que fez a República, assim como fizera a Independência. Em 22 e 24, era o sangue militar que jorrava como a água, a água da boca dos tritões de chafariz. Em 30, em 32, em 35, foram os militares. Assim em 89. Retirem as Forças Armadas e começará o caos, o puro, irresponsável e obtuso caos.

Há anos e anos que eu não digo “Pátria”. E quando o Presidente Garrastazu falou em “minha Pátria”, experimentei um sentimento intolerável de vergonha. Esse soldado é de uma natureza simples e profunda. Está disposto a tudo para que não façam do Brasil o anti-Brasil. Seja como for, deixará este nome, para sempre: Emílio Garrastazu Médici. ●

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2006

TÍTULOS

- 1817: A REVOLUÇÃO ESQUECIDA – Paulo Santos, v. 806, p. 53.
- AFRICANOS EM QUEM OS OCIDENTAIS DEVERIAM PRESTAR ATENÇÃO – Lawrence Reed – Tradução de Heitor De Paola, v. 806, p. 15.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA E SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA – Aldo Rebelo, v. 805, p. 39.
- ÁLCOOL E A AUTO-SUFICIÊNCIA – Celso Ming e Danielle Chaves, v. 805, p. 76.
- ALERTA DO CAMPO – Heitor De Paola, v. 804, p. 59.
- ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS – Aroldo Cedraz, v. 805, p. 36.
- AUTOCRÍTICA – Vania Leal Cintra, v. 804, p. 83 e v. 805, p. 78.
- AVANÇO TECNOLÓGICO DO BRASIL É MAIS LENTO QUE O DA AMÉRICA LATINA – Renato Cruz, v. 804, p. 82.
- BONS CONSERVADORES – Andreia Fanzeres, v. 806, p. 40.
- BRASIL ESTÁ FICANDO PARA TRÁS? O, – Armando Castelar Pinheiro, v. 804, p. 56.
- BRASIL DOMINA TECNOLOGIA NUCLEAR – Ramona Ordoñez, v. 804, p. 66.
- BRASIL TEM NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR – Fonte: InfoRel – Set 2005, v. 804, p. 84.
- BRASIL UM PAÍS SEM MEMÓRIA – Cláudio Moreira Bento, v. 806, p. 51.
- BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: HOMENAGEM À FORÇA AÉREA BRASILEIRA – “Revista do Exército Brasileiro”, v. 806, p. 60.
- CENTENÁRIO DA MISSÃO FRANCESA NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO: BREVE BIOGRAFIA DO CEL BALAGNY – Hélio Tenório dos Santos, v. 805, p. 63.
- CHINA: O “GRANDE SALTO PARA A FRENTE” E A “REVOLUÇÃO CULTURAL” – Carlos I.S. Azambuja, v. 806, p. 74.
- COM A GLOBALIZAÇÃO O MUNDO FICOU PLANO – RESENHA – Carlos I.S. Azambuja, v. 806, p. 7.
- CONCEITO DE SOBERANIA E INTERESSE NACIONAL – Sérgio Xavier Ferolla, v. 806, p. 20.
- CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO: CAUSAS E EFEITOS – Manuel Cambeses Júnior, v. 806, p. 13.
- CONFLITOS ASSIMÉTRICOS: IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO – ESTUDO DE CASOS HISTÓRICOS – Sergio Luiz Tratz, v. 804, p. 43.
- CRISE DOS MÍSSEIS DO SÉCULO XXI – Ricardo Caldas, v. 806, p. 18.
- CORRUPÇÃO E MARXISMO – Ives Gandra Martins, v. 804, p. 88.
- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR – 2004/2005 – AULA DE ENCERRAMENTO – Hélio Leôncio da Silva, v. 804, p. 74.
- DO MUNDO SUBMISSO À DITADURA DO ISLÃ – Luiz Nazário, v. 804, p. 7.
- ENERGIA EM JOGO, O FUTURO DA PESQUISA NUCLEAR – Paulo Augusto Berquó de Sampaio e Celso Marcelo Franklin Lapa, v. 804, p. 64.
- ENTREVISTA COM MICHELLE BACHELET, PRESIDENTE DO CHILE – Raul Juste Lores, v. 805, p. 81.
- ESQUIZOFRENIA ESTRATÉGICA – Eduardo Italo Pesce, v. 804, p. 11.

- ESTRATÉGIA DA ALIANÇA – Reinaldo Nonato de Oliveira Lima, v. 804, p. 16.
- FIM DA MISÉRIA – Jeffrey D. Sachs, v. 806, p. 42.
- FORÇAS ARMADAS TERÃO R\$ 400 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO – Fonte: InfoRel de março de 2006, v. 804, p. 78.
- GÁS DA BOLÍVIA - QUE FUTURO? – Luiz Felipe Lampreia, v. 805, p. 74.
- GÁS NATURAL – A RÚSSIA E A BOLÍVIA – Mauro Santayana, v. 804, p. 70.
- GÁS NATURAL NA BOLÍVIA: RISCOS E OPORTUNIDADES – Carlos Feu Alvim e José Israel Vargas, v. 805, p. 66.
- GERENCIAMENTO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA UMA ORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL – Fernando Civolani Lopes, v. 805, p. 55.
- GRANDE LUTA DA CHINA POR ENERGIA, A – Wieland Wagner, v. 806, p. 79.
- GRANDE TRANSIÇÃO, A: ORIGENS HISTÓRICAS E DILEMAS DA DEMOCRATIZAÇÃO NA RÚSSIA – Ricardo Vélez Rodríguez, v. 806, p. 84.
- GUERRA ALÉM DOS LIMITES – UMA GUERRA IRRESTRITA – UMA RESENHA ANALÍTICA – Sergio Roberto Dentino Morgado, v. 805, p. 22.
- GUERRA FRIA E A LIÇÃO DE BUSH – Joseph S. Nye, v. 804, p. 5.
- HISTÓRIA MILITAR, UMA NOVA? ABORDAGENS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO – Paulo André Leira Parente, v. 806, p. 64.
- HISTÓRIA NÃO ESPERA, A – Rubens Barbosa, v. 804, p. 58.
- HOMENAGEM PÓSTUMA DA REVISTA MILITAR DE PORTUGAL AO CEL LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO – v. 805, p. 3.
- IDEAL DE PAZ MUNDIAL, O – Carlos de Meira Mattos, v. 804, p. 3.
- IMPRENSA E QUESTÃO MILITAR NO FINAL DO IMPÉRIO – Renato Jorge Paranhos Restier Junior, v. 806, p. 55.
- INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA – Paulo Roberto Costa e Silva, v. 804, p. 25.
- IRONIA AGRÁRIA – Xico Graziano, v. 804, p. 60.
- MAIS DEMOCRACIA – Marco Maciel, v. 804, p. 85.
- MILAGRE DA UNIDADE NACIONAL – Miguel Reale, v. 806, p. 49.
- MILITARESE E A NOVA ORDEM MUNDIAL – Lauro Ney Meneses, v. 806, p. 70.
- NARCOTERRORISMO - O FLAGELO DO SÉCULO XXI – Álvaro de Souza Pinheiro, v. 805, p. 43.
- NOVA FÁBRICA COMEÇA A ENRIQUECER URÂNIO – Ministério de Ciência e Tecnologia, v. 805, p. 77.
- PANORAMA DO DIREITO INTERNACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, UM – Sérgio Aguilar, v. 806, p. 25.
- PAPEL E O TAMANHO DO ESTADO, O – Denis Rosenfield, v. 804, p. 9.
- PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO – Marco Maciel, v. 804, p. 53.
- PARTIDOS POLÍTICOS: REPRESENTATIVIDADE E GOVERNABILIDADE – Sérgio F. Quintella, v. 805, p. 51.
- PETRÓLEO: UMA DEPENDÊNCIA A MENOS – Delfim Netto, v. 804, p. 72.
- POBREZA MAQUIADA – Ali Kamel, v. 804, p. 54.
- POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL – Maria Regina Soares de Lima, v. 804, p. 23.
- POR ONDE ESTAMOS PERDENDO – Luiz Paulo Horta, v. 804, p. 81.
- POR QUE CLAUSEWITZ É CONSIDERADO UM FILÓSOFO DA GUERRA? – Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, v. 805, p. 15.
- PROJETO NUCLEAR BUSCA GERAR APOIO – Transcrito do “Jornal do Brasil”, de 29.08.2005, v. 804, p. 65.
- QUEM RECORDA O PASSADO TRABALHA PARA O FUTURO – Ernesto Caruso, v. 806, p. 72.

QUESTÃO MUITO PROFUNDA, UMA – Washington Novaes, v. 805, p. 79.

RECOMEÇOS? – Roberto DaMatta, v. 804, p. 90.
REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO – “Revista Verde Oliva”, v. 806, p. 3.

REFÊNS DO PACIFISMO – João Luiz Mauad, v. 804, p. 86.

TECNOLOGIA MILITAR PARA USO CIVIL É DESENVOLVIDA POR EMPRESAS PRIVADAS – Fonte: InfoRel de 14/03/2006, v. 804, p. 62.

TECNOLOGIA 100% NACIONAL – Thiago Romero, v. 804, p. 66.

TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL DE PORTUGAL: 1807-1808 – Kenneth H. Light, v. 805, p. 4.

VIOLAÇÕES “INVISÍVEIS” DAS FRONTEIRAS – Marcos Henrique Camillo Côrtes, v. 805, p. 46.

AUTORES

INFOREL, *Brasil tem novo planejamento estratégico militar*, v. 804, p. 84; *Forças Armadas terão R\$ 400 milhões para modernização*, v. 804, p. 78; *Tecnologia militar para uso civil é desenvolvida por empresas privadas*, v. 804, p. 62.

JORNAL DO BRASIL, *Projeto nuclear busca gerar apoio*, v. 804, p. 65.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Nova fábrica começa a enriquecer urânio*, v. 805, p. 77.

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, *Brigadeiro Eduardo Gomes: homenagem à Força Aérea Brasileira*, v. 806, p. 60.

REVISTA MILITAR DE PORTUGAL, *Homenagem póstuma ao Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho*, v. 805, p. 3.

REVISTA VERDE OLIVA, *Reestruturação do Exército Brasileiro*, v. 806, p. 3.

AGUILAR, Sérgio, *Panorama do direito internacional no início do Século XXI*, Um, v. 806, p. 25.

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues, *Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra?*, v. 805, p. 15.

ALVIM, Carlos Feu e VARGAS, José Israel, *Gás natural na Bolívia: riscos e oportunidades*, v. 805, p. 66.

AZAMBUJA, Carlos I.S., *China: o “grande salto para a frente” e a “Revolução cultural”*, v. 806, p. 74; *Com a globalização o mundo ficou plano – resenha*, v. 806, p. 7.

BARBOSA, Rubens, *História não espera*, A, v. 804, p. 58.

BENTO, Cláudio Moreira, *Brasil um país sem memória*, v. 806, p. 51.

CALDAS, Ricardo, *Crise dos mísseis do século XXI*, v. 806, p. 18.

CAMBESES JR., Manuel, *Conflitos no Oriente Médio: causas e efeitos*, v. 806, p. 13.

CARUSO, Ernesto, *Quem recorda o passado trabalha para o futuro*, v. 806, p. 72.

CEDRAZ, Aroldo, *Atividade de inteligência e os desafios contemporâneos*, v. 805, p. 36.

CINTRA, Vania Leal, *Autocrítica*, v. 804, p. 83 e v. 805, p. 78.

CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo, *Violações “invisíveis” das fronteiras*, v. 805, p. 46.

COSTA E SILVA, Paulo Roberto, *Integração Sul-americana*, v. 804, p. 25.

CRUZ, Renato, *Avanço tecnológico do Brasil é mais lento que o da América Latina*, v. 804, p. 82.

DAMATTA, Roberto, *Recomeços?*, v. 804, p. 90.

DE PAOLA, Heitor, *Alerta do campo*, v. 804, p. 59.

FANZERES, Andréia, *Bons conservadores*, v. 806, p. 40.

FEROLLA, Sérgio Xavier, *Conceito de soberania e interesse nacional*, v. 806, p. 20.

GRAZIANO, Xico, *Ironia agrária*, v. 804, p. 60.

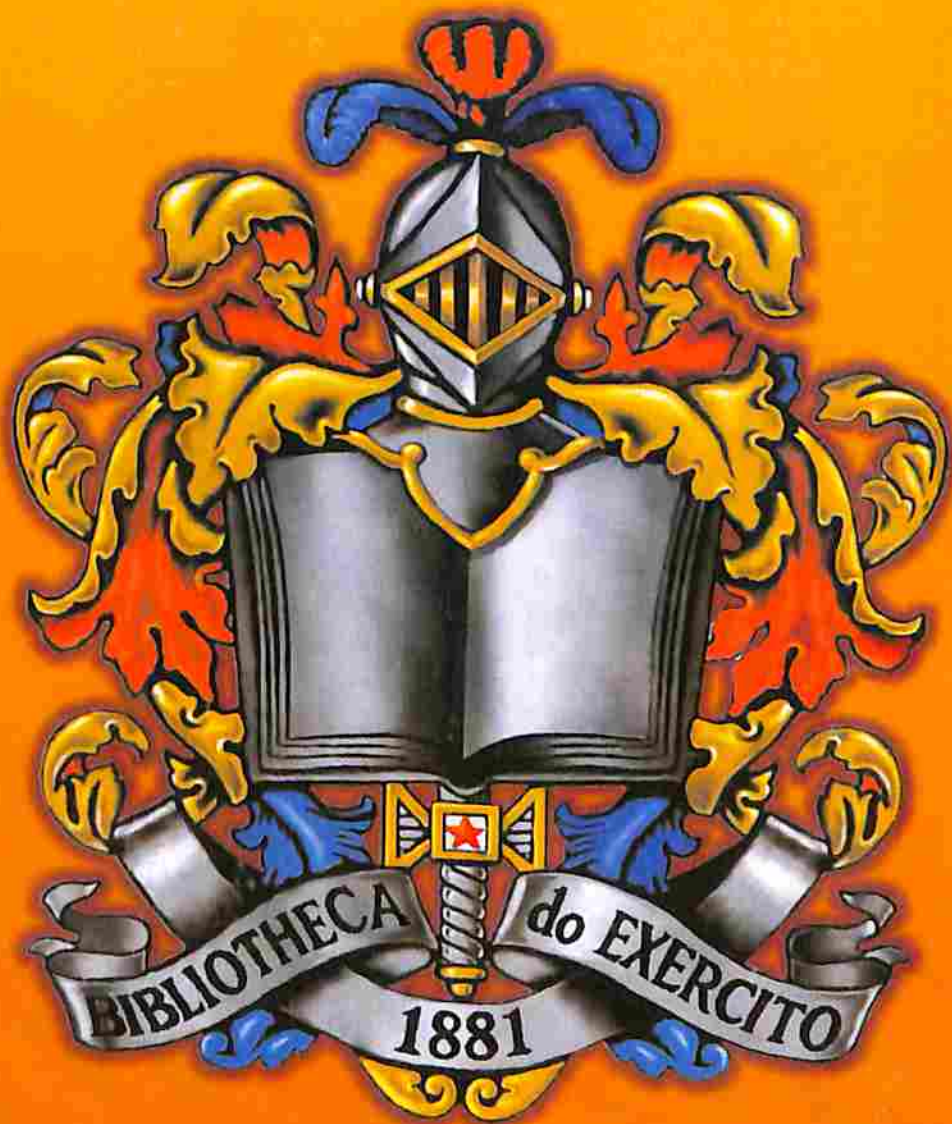
HORTA, Luiz Paulo, *Por onde estamos perdendo*, v. 804, p. 81.

KAMEL, Ali, *Pobreza maquiada*, v. 804, p. 54.

- LAMPREIA, Luiz Felipe, *Gás da Bolívia – que futuro?*, v. 805, p. 74.
- LIGHT, Kenneth H., *Transmigração da Família Real de Portugal: 1807-1808*, v. 805, p. 4.
- LIMA, Maria Regina Soares de, *Política externa brasileira na América do Sul*, v. 804, p. 23.
- LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira, *Estratégia da Aliança*, v. 804, p. 16.
- LOPES, Fernando Civolani, *Gerenciamento do processo de transformação do Exército Brasileiro para uma organização flexível*, v. 805, p. 55.
- LORES, Raul Juste, *Entrevista com Michelle Bachelet, Presidente do Chile*, v. 805, p. 81.
- MACIEL, Marco, *Mais democracia*, v. 804, p. 85; *Paradoxos da globalização*, v. 804, p. 53.
- MARTINS, Ives Gandra, *Corrupção e marxismo*, v. 804, p. 88.
- MATTOS, Carlos de Meira, *Ideal de paz mundial*, O, v. 804, p. 3.
- MAUAD, João Luiz, *Reflexões do pacifismo*, v. 804, p. 86.
- MENESES, Lauro Ney, *Militares e a nova ordem mundial*, v. 806, p. 70.
- MING, Celso e CHAVES, Danielle, *Álcool e a auto-suficiência*, v. 805, p. 76.
- MORGADO, Sergio Roberto Dentino, *Guerra além dos limites – uma guerra irrestrita – uma resenha analítica*, v. 805, p. 22.
- NAZÁRIO, Luiz, *Do mundo submisso à ditadura do islã*, v. 804, p. 7.
- NETTO, Delfim, *Petróleo: Uma dependência a menos*, v. 804, p. 72.
- NOVAES, Washington, *Questão muito profunda*, Uma, v. 805, p. 79.
- NYE, Joseph S., *Guerra fria e a lição de Bush*, v. 804, p. 5.
- ORDÓÑEZ, Ramona, *Brasil domina tecnologia nuclear*, v. 804, p. 66.
- PARENTE, Paulo André Leira, *História militar, uma nova? Abordagens e campos de investigação*, v. 806, p. 64.
- PESCE, Eduardo Ítalo, *Esquizofrenia estratégica*, v. 804, p. 11.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza, *Narcoterrorismo – o flagelo do século XXI*, v. 805, p. 43.
- PINHEIRO, Armando Castelar, *Brasil está ficando para trás? O*, v. 804, p. 56.
- QUINTELLA, Sérgio F., *Partidos políticos: Representatividade e governabilidade*, v. 805, p. 51.
- REALE, Miguel, *Milagre da unidade nacional*, v. 806, p. 49.
- REBELO, Aldo, *Agência Brasileira de inteligência e sua importância estratégica*, v. 805, p. 39.
- REED, Lawrence – Tradução de Heitor De Paola, *Africanos em quem os ocidentais deveriam prestar atenção*, v. 806, p. 15.
- RESTIER JR., Renato Jorge Paranhos, *Imprensa e questão militar no final do império*, v. 806, p. 55.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez, *Grande transição, as origens históricas e dilemas da democratização na Rússia*, v. 806, p. 84.
- ROMERO, Thiago, *Tecnologia 100% nacional*, v. 804, p. 66.
- ROSENFELD, Denis, *Papel e o tamanho do Estado*, O, v. 804, p. 9.
- SACHS, Jeffrey D., *Fim da miséria*, v. 806, p. 42.
- SAMPAIO, Paulo Augusto Berquó de e LAPA, Celso Marcelo Franklin, *Energia em jogo, o futuro da pesquisa nuclear*, v. 804, p. 64.
- SANTAYANA, Mauro, *Gás natural – a Rússia e a Bolívia*, v. 804, p. 70.
- SANTOS, Hélio Tenório dos, *Centenário da missão francesa na Polícia Militar de São Paulo: breve biografia do Cel Balagny*, v. 805, p. 63.
- SANTOS, Paulo, *1817: A revolução esquecida*, v. 806, p. 53.
- SILVA, Hélio Leôncio da, *Curso de especialização em história militar – 2004/2005 – aula de encerramento*, v. 804, p. 74.
- TRATZ, Sergio Luiz, *Conflitos assimétricos: Implicações para o planejamento político-estratégico – estudo de casos históricos*, v. 804, p. 43.
- WAGNER, Wieland, *Grande luta da China por energia*, A, v. 806, p. 79.

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF
Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.